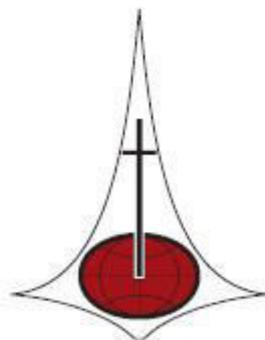


Contribuições
do Fórum

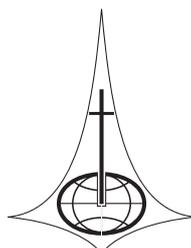
Teologia e
Deficiência



Igreja Evangélica
de Confissão Luterana no Brasil

Contribuições
do Fórum
Teologia e
Deficiência

2015



IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL

Contribuições do Fórum Teologia e Deficiência

Publicação coordenada pelo

Programa Diaconia Inclusão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Caixa Postal 2876

90001-970 Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3284 5400

secretariageral@ieclb.org.br

Colaboração: Ped. Esp. Cristian Evandro Sehnem, Pa. Ma. Neli Maske, Pa. Ma. Iára Müller, P. Murilo Jung, Pa. Ma. Sandra Kamien Tehzy, Prof. Dr. Felipe Koch Buttelli.

Coordenação: Diác. Ma. Carla Vilma Jandrey

Diagramação e capa: Cláudio Kupka

Revisão: Luis Marcos Sander e Martha Maas

Revisão Final: P. Dr. Mauro Batista de Souza

Gráfica: Editora Sinodal

Publicação realizada com apoio da Evangelisch-Lutherische Kirche in Bayern (ELKB)

Esta publicação está disponível em formato "pdf" no portal www.luteranos.com.br.

A reprodução parcial ou total é permitida desde que indicada a fonte.

Dados catalográficos

I24c

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Contribuições do Fórum Teologia e Deficiência / Igreja
Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).– Porto
Alegre: IECLB, 2015.

21x29,7 cm. ; 56p.

ISBN 978-85-8194-050-2

1. Teologia cristã. 2. Teologia Prática. 3. Deficiência. 4.
Fórum Teologia e Deficiência. I. Título.

CDU 266-056.26

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Índice

Apresentação	05
Introdução	07
As deficiências no contexto brasileiro	09
Imago Dei e deficiência	15
Orientações para uma hermenêutica a partir da experiência da deficiência	19
Deficiência e cura	23
Práxis comunitária inclusiva	27
Teologia é falar de sonhos: Teologia pública e a inclusão da pessoa com deficiência	43
Principais conclusões do Fórum Teologia e Deficiência	53

Apresentação

Está em suas mãos o caderno do Fórum Teologia e Deficiência. Nele está reunido um conjunto de estudos que fazem parte de uma jornada contínua. São um dos frutos de um processo de reflexão que a IECLB iniciou mais fortemente em 1992, com a instalação de uma coordenação específica para tratar do tema inclusão da pessoa com deficiência. Ao longo desses anos, pessoas com deficiência, familiares, lideranças comunitárias, ministros, ministras e estudantes de teologia envolveram-se em reflexões, discussões e também ensaiaram formas de como incluir a temática da deficiência na agenda das atividades das comunidades, paróquias, sínodos e também nos currículos dos centros de formação teológica.

A realização do Fórum Teologia e Deficiência é precisamente uma iniciativa que buscou ratificar a importância de que o assunto integre cada vez mais os currículos e a prática dos centros de formação teológica conveniados com a IECLB. O Fórum reuniu saberes relacionados a essa trajetória e produziu os textos presentes nesta cartilha.

A Igreja toda é convidada a derrubar muros de exclusão e a fomentar comunidades cada vez mais inclusivas. Este material é um convite para participar da construção dessa realidade. Ele foi produzido por pessoas com deficiência, por pais e mães de pessoas com deficiência e por outras pessoas que convivem, das mais variadas formas, com pessoas com deficiência. Portanto, está envolvida gente que sabe do que está falando e escrevendo!

Esperamos que este material desmistifique alguns discursos sobre deficiência e nos motive a pensar de forma criativa sobre como construir comunidades que encorajem e facilitem a plena participação de todas as pessoas na vida da Igreja. Uma comunidade mais inclusiva para as pessoas com deficiência é uma comunidade mais inclusiva para todas as pessoas.

Nestor Paulo Friedrich
Pastor Presidente

Introdução

Esta publicação resulta das contribuições e reflexões geradas durante o Fórum Teologia e Deficiência, realizado dos dias quatro a seis de junho de 2013, na cidade de São Leopoldo/RS. Participaram do Fórum representantes de dez Sínodos da IECLB, dos três centros de formação teológica conveniados com a IECLB (Faculdades EST, FLT e FATEV) e da Fundação Luterana de Diaconia, além da equipe organizadora da Secretaria Geral.

O Fórum teve como objetivo geral promover a reflexão sobre o tema Teologia e Deficiência e, como objetivos específicos: incentivar a inserção do tema nas agendas sinodais e nos currículos dos centros de formação teológica e motivar para uma prática ministerial inclusiva.

A realização deste Fórum é fruto de uma longa caminhada do Programa Diaconia Inclusão da Secretaria da Ação Comunitária da IECLB. São mais de 22 anos atuando por meio de seminários e cursos, com o objetivo de sensibilizar, motivar, orientar e propor ações para a construção de comunidades mais inclusivas. O Fórum também atende a uma orientação da Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que sugere às Igrejas membros introduzir o assunto deficiência nos currículos das instituições teológicas, pois se entende que esta mudança seria uma possibilidade de influenciar positivamente as atitudes de potenciais ministros e ministras para a inclusão da pessoa com deficiência.

Os textos desta cartilha refletem os temas estudados durante o Fórum. Inicialmente, o Pedagogo Cristian Evandro Sehnem nos apresenta, em seu texto, “As Deficiências no Contexto Brasileiro”, abordando conceitos e estatísticas e fazendo uma breve explanação sobre as políticas públicas inclusivas.

No segundo texto, a Pa. Ma. Neli Maske aborda o tema “Imago Dei e Deficiência”. Maske afirma que todas as pessoas foram criadas à imagem e semelhança de Deus e que é urgente o resgate de uma imagem de Deus que fala ao mundo por meio do fraco e do inútil aos olhos do mundo, para os discursos inclusivos e exclusivos da Igreja cristã.

“Orientações para uma Hermenêutica a partir da Experiência da Deficiência” é o terceiro texto, escrito pela Pa. Ma. Iára Müller. Ela expõe alguns pontos a serem considerados para uma hermenêutica mais inclusiva, que expanda a visão sobre Deus, Jesus Cristo e pessoas com deficiência nos textos bíblicos, e que modifique a maneira de ler a Bíblia, levando em consideração o enfoque de quem tem a experiência da deficiência.

Um tema que está presente em nossas comunidades e, algumas vezes, de maneira não tão visível, mas que na sociedade ganha grande repercussão é o tema Deficiência e Cura que é abordado pelo P. Murilo Jung. No texto seguinte, Práxis Comunitária Inclusiva, a Pa. Ma. Sandra Kamien Tetzky partilha os resultados de sua dissertação de mestrado, baseada em entrevistas, acerca de como podemos ser comunidade mais inclusiva.

Teologia é falar de sonhos: Teologia Pública e a Inclusão das Pessoas com Deficiência é o tema apresentado pelo Dr. Felipe Gustavo Koch Buttelli. O autor nos desacomoda ao concluir que “a teologia e as igrejas devem acolher tão profundamente a poderosa mensagem do Evangelho de Cristo e se solidarizar tão intimamente com a realidade da deficiência a ponto de se considerarem positivamente como igrejas e teologias deficientes”. Por fim, partilhamos as principais conclusões do Fórum.

Esta publicação é mais um passo na caminhada rumo a uma comunidade mais justa e inclusiva. Desejamos uma boa leitura, um bom estudo, e que Deus possa nos animar e caminhar conosco, pois inclusão e acessibilidade são boas para todas as pessoas.

Diác. Ma. Carla Vilma Jandrey
Coordenadora de Diaconia Inclusão

P. Dr. Mauro B. de Souza
Secretário da Ação Comunitária

As deficiências no contexto brasileiro

Cristian Evandro Sehnem¹

O presente trabalho apresenta os principais conceitos sobre as pessoas com deficiência em seu processo de inclusão, as estatísticas do último censo do IBGE e, ainda, as políticas públicas federais voltadas para essa parcela da população nos últimos dois anos. Por isso, está dividido em subcapítulos para facilitar a exposição e compreensão destes assuntos.

1. Conceitos e dados iniciais

Quem são as pessoas com deficiência? Podemos denominá-las pessoas com necessidades especiais? E por que diferenciá-las das demais pessoas? Estas são dúvidas que surgem mesmo em projetos de apoio a este público, mas que devem estar claras para todas as pessoas.

Segundo Brasil (2009): “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. Este é o conceito mais utilizado atualmente e será encontrado com frequência em documentos e pesquisas na área.

Inicialmente, é importante esclarecer que a terminologia correta é “pessoa com deficiência” ou, conforme o contexto, estudante com deficiência, trabalhador ou trabalhadora com deficiência etc. Nada mais de “portador”, “portadora”, “deficiente” ou “ppd”, porque, antes de tudo, somos pessoas, e a deficiência é apenas uma dentre inúmeras características.

As condições de deficiência são sensoriais, físicas, intelectuais e/ou mentais. Mas agora o foco deixa de estar apenas na pessoa (olhar clínico) e passa a considerar, também, as barreiras existentes nos contextos em que ela está ou deveria estar inserida. Pois estas barreiras sociais podem e geralmente são mais impeditivas que a condição pessoal; por isso, devem ser “acessibilizadas”.

Porém, atenção para não confundir “deficiência” com “necessidades especiais”. Orienta Fávero (2004): “Vale esclarecer que a substituição de deficiência por ‘necessidades especiais’, ou outro termo mais amplo, é cabível quando a intenção for se referir a um grupo maior de pessoas que apresentam algum tipo de limitação ou dificuldade, mas não, necessariamente, têm deficiência. Ex.: pessoas com obesidade ou idosas, mulheres grávidas,

entre outros". Pois as condições da pessoa com deficiência frente às barreiras sociais impedem seu "ir e vir" com autonomia e independência, o que não acontece com aquelas pessoas que se encontram em outras situações, mesmo limitantes. Por isso é importante atentarmos para as terminologias.

Imaginemos uma empresa que, tendo mais de 100 funcionários, foi orientada, erroneamente, a atender a reserva de 2% a 5% das vagas para "trabalhadores com necessidades especiais". O proprietário, confuso, afirmará, diante de uma fiscalização que visita sua empresa, que atende plenamente a legislação, tendo no seu quadro funcionários diabéticos, gestantes e alguns, ainda, obesos. Será multado e, pior, não estará contribuindo com a inclusão de pessoas com deficiência.

Eis aqui o ponto-chave das ações afirmativas. As pessoas com deficiência devem ser discriminadas para a inclusão social. Mas trata-se de "discriminação positiva", porque as "ações afirmativas" exigem distinção, diferenciação, discriminação do grupo a ser beneficiado por enfrentar uma desigualdade que se busca eliminar. "Compreender a aparente dicotomia entre o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e o tratamento diferenciado que a própria Constituição da República confere às pessoas com deficiência é fundamental para a eficácia e aplicabilidade das normas que lhes são dirigidas" (GUGEL, 2006, p. 45). Assim, justificam-se as reservas de vagas, isenções de impostos, benefícios sociais, etc. São medidas drásticas, mas temporárias, do contrário tornar-se-ão inúteis.

Essa discriminação positiva visa eliminar as desvantagens e o princípio "exclutor" que herdamos da História, ao ponto de ninguém mais ser considerado pela limitação ou aparência e, sim, pela humanidade e potencialidades que todos e todas têm. "Se considerarmos as quatro eras das práticas sociais em relação a pessoas com deficiência — exclusão (antiguidade até o início do século 20), segregação (décadas de 20 a 40), integração (décadas de 50 a 80) e inclusão (década de 90 até as próximas décadas do século 21) —, este lema tem a cara da Inclusão" (SASSAKI, 2007, p. 05). Porém, ninguém se engane, acreditando que hoje vivemos apenas a integração ou inclusão: a tentativa de legalização do aborto de conceptos com deficiência e as instituições segregadoras são fatos que continuam atuais.

Cabe esclarecer, ainda, a diferença entre integração e inclusão. Na integração a pessoa com deficiência é que deve se adaptar à sociedade para nela conviver. A sociedade mantém-se inalterada, não se modifica. Mas na inclusão a sociedade passa a ter essa obrigação também, como já foi referido acima, porque algumas barreiras são intransponíveis se não forem adaptadas, e a acessibilidade surge para atender essa função inclusiva.

Eis aí o papel da acessibilidade: "Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida" (BRASIL, Dec. 5.296/2004, art. 8º). Note-se que esta é mais uma herança histórica: se as pessoas com deficiência fossem incluídas desde o início dos tempos, essas ações já não seriam necessárias.

É preciso esclarecer que a acessibilidade não se resume apenas a rampas, banheiros e elevadores. São seis as suas esferas, reproduzidas abaixo:

1. Arquitetônica: elimina barreiras em todos os ambientes físicos (internos e externos) da escola [e outros ambientes], incluindo o transporte;
2. Comunicacional: transpõe obstáculos em todos os âmbitos da comunicação, consi-

derada nas suas diferentes formas (falada, escrita, gestual, língua de sinais, digital, entre outras);

3. Metodológica: facilita o acesso ao conteúdo programático oferecido pelas escolas, ampliando estratégias para ações na comunidade e na família, favorecendo a inclusão;

4. Instrumental: possibilita a acessibilidade em todos os instrumentos, utensílios e equipamentos utilizados, nas atividades de vida diária, no lazer e recreação;

5. Programática: combate o preconceito e a discriminação em todas as normas, programas, legislação em geral que impeçam o acesso a todos os recursos oferecidos pela sociedade, promovendo a inclusão e a equiparação de oportunidades;

6. Atitudinal: extingue todos os tipos de atitudes preconceituosas que impeçam o pleno desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência” (SASSAKI, 2009, p. 06). Quando essas seis esferas da acessibilidade forem consideradas, em todos os segmentos da sociedade, raras e mesmo nulas serão as impossibilidades de quem possui uma deficiência.

Deve-se ressaltar, todavia, que à pessoa com deficiência mantém-se a responsabilidade de (re-)habilitar-se também. O processo de inclusão é uma via de mão dupla: as questões sociais cabem à sociedade e as individuais à pessoa, ao indivíduo (só e/ou em grupo). E aqui entra a tecnologia assistiva. “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (CBTA, 2008, p. 09). E, mesmo que a tecnologia assistiva remeta às acessibilidades universais, é na adaptação pessoal, de cada indivíduo que faz especial diferença. Como exemplo, pensemos em uma pessoa cega: o piso tátil é a acessibilidade e a bengala-guia, a tecnologia assistiva. Na internet, outro exemplo: o site sem barreiras será a acessibilidade e o software leitor de tela a tecnologia assistiva.

Mas, afinal, há tantas pessoas com deficiência que justifiquem todos esses conhecimentos e ações?

É importante salientar que o apoio e investimento é válido mesmo que seja para uma só pessoa, mas a tabela abaixo responde essa questão com as estatísticas do último censo do IBGE no Brasil. Deve-se lembrar que a população total era de 190.755.799 pessoas (100%).

	Não consegue de modo algum:	Grande dificuldade:	Alguma dificuldade:	Total:
“TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)”	528.624 Pessoas	6.056.684 Pessoas	29.206.180 Pessoas	35.791.488 Pessoas

“TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)”	347.481 Pessoas	1.799.885 Pessoas	7.574.797 Pessoas	9.722.163 Pessoas
“TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)”	740.456 Pessoas	3.701.790 Pessoas	8.831.723 Pessoas	13.273.969 Pessoas

Para as pessoas com deficiência intelectual e/ou mental não se indicaram níveis de limitação. Apenas a pergunta e duas possibilidades de resposta: sim ou não.

“Tem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc?” Total – 2.617.025 pessoas.

Por fim, a título de conhecimento, nos últimos anos têm-se incluído as pessoas com transtornos mentais (esquizofrenia, transtorno bipolar, etc.) no grupo de pessoas com deficiência. Curioso porque há tempos busca-se diferenciar deficiências de doenças e agora faz-se o caminho inverso. E também tem crescido um movimento denominado Sulp – Surdos Usuários de Língua Portuguesa, criado por pessoas com deficiência auditiva pós-linguística. Esse movimento diverge do grupo de pessoas surdas usuárias da LIBRAS e do entendimento de que todos nesta condição usam-na.

2. Políticas públicas inclusivas

Abaixo estão listadas as principais leis de apoio a pessoas com deficiência, mas apenas dos dois últimos anos, para não nos estendermos em demasia neste artigo.

Mesmo que a legislação não abarque a amplitude das políticas públicas brasileiras, é por ela que podemos visualizar suas principais evoluções, organização e objetivos.

Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm

Decreto Federal nº 7.988, de 17 de abril de 2013: Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715/2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7988.htm

Decreto Federal nº 7.984, de 8 de abril de 2013: Regulamenta a Lei nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto. (15% dos recursos para o para desporto).

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm

Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013: Altera a Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da educação e dar outras providências. (Ingresso aos 4 anos e atendimento educacional especializado).

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm

Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm

Lei Federal nº 12.738, de 30 de novembro de 2012: Altera a Lei no 9.656/1998, para tornar obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12738.htm

Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012: Dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol dos bens e serviços.

Texto em: ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2012/iels.out.12/Iels203/U_PT-INTERM-MF-MCTI-SDH-362_241012.pdf

Decreto Federal nº 7.823, de 9 de outubro de 2012: Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, e a Lei nº 10.098/2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7823.htm

Decreto Federal nº 7.802, de 13 de setembro de 2012: Altera o Decreto nº 5.342/2005, que regulamenta a Lei nº 10.891/2004, que institui a Bolsa-Atleta.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7802.htm

Decreto Federal nº 7.617, de 17 de novembro de 2011: Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, aprovado pelo Decreto no 6.214/2007.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm

Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro de 2011: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm

Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

Lei Federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011: Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (mínimo de 3% das residências adaptadas).

Texto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm

Lei Estadual nº 13.739, de 08 de junho de 2011: Dispõe sobre percentual na distribuição ou venda de unidades habitacionais populares ou lotes individuais urbanos para pessoas com deficiência (mínimo de 10% das residências adaptadas).

Texto em: <http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/5/435>

Notas

1. Assistente-técnico em Educação no Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal de Santa Maria. Pedagogo com ênfase em Educação Especial. Santa Maria/RS

Referências bibliográficas

BRASIL. Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

CBTA; Comitê Brasileiro de Tecnologia Assistiva. Relatório Anual 2007. Brasília: abril de 2008. Disponível em: <www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-publicacoes-6.htm>.

COSTA, Maria Machado da. O reconhecimento da pessoa com transtorno mental severo como pessoa com deficiência: uma questão de justiça. Revista Inclusive: Inclusão e Cidadania, 15 jul. 2011. Disponível em: <www.inclusive.org.br/?p=20021>.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público – reserva de cargos e empregos públicos – administração pública direta e indireta. Goiânia: Editora UCG, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009.

_____. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007.

SULP. Surdos Usuários da Língua Portuguesa.

Disponível em: <<http://sulp-surdosusuariosdalinguaportuguesa.blogspot.com.br/>>.

Imago Dei e deficiência

Pa. Ma. Neli Maske¹

1. Imago Dei - a abundância do ser

“E Deus viu que tudo o que havia feito era bom” (Gn 1.18)

As pessoas e famílias que convivem com a deficiência na sociedade atual experimentam de forma constante a decepção de serem vistas e classificadas dentro dos modelos sociais baseados nas aparências. Esses modelos são construídos a partir do parâmetro dualista de correto ou incorreto.

As pessoas cristãs têm muitas coisas boas para fazer junto às pessoas com deficiência e suas famílias. A prática de Jesus nos revela a vontade de Deus em favor do ser humano e contra toda forma de discriminação e exclusão da sociedade.

Somos criaturas de Deus, com nossas diferenças e capacidades únicas. Se nossa vida fosse permeada cada dia por esta certeza, muito sofrimento, exclusão ou abandono não existiriam no meio de nós. O que nos falta para viver com esta certeza e amenizar as dores do mundo?

Saber que somos criados por Deus nos leva para a dimensão da graça de Deus. Essa graça nos faz sentir seguros e com coragem frente aos desafios e dificuldades da vida. Sermos pessoas criadas à imagem de Deus nos permite pensar e acreditar que a deficiência é só mais uma característica dentre outras presente na criação de Deus.

Sentir que somos parte deste plano da criação divina nos permite visualizar a pessoa com deficiência em tudo o que ela é como ser humano e não fazer dela o que não é ou o que lhe falta por causa da sua deficiência. Nesta graça criadora reside a manifestação divina da abundância de ser aos olhos de Deus. Trata-se de um desafio para nós humanos: perceber a abundância de ser nas pessoas com deficiência.

A certeza de que somos pessoas criadas à imagem de Deus nos faz pensar: Quem eu sou? Que sentido tem a minha vida? O que Deus estava pensando quando me criou? Por que Deus teve esse cuidado para que eu fosse pessoa única nesse imenso mundo? O que Ele teria reservado para mim, qual era o seu projeto para minha vida?

As palavras têm poder e criam a realidade. O que eu ouço molda o meu ser e a minha

presença no mundo.

Desde o início da nossa vida, as palavras nos marcam e contribuem para definir o que é certo e o que é errado. As palavras ouvidas gravam na nossa mente as emoções que elas expressam. Essas emoções modelam nossos sentimentos e nossa visão de nós mesmos e das outras pessoas. O grande desafio da teologia e da mensagem bíblica anunciada pela Igreja é transmitir a graça de Deus na sua criação – “a sua imagem e semelhança” – a todas as pessoas, sem distinção.

O discurso da Igreja deve ser sempre de compromisso com aquelas e com aqueles que sofrem e deve estar de acordo com as premissas do evangelho de Jesus Cristo. Esta mensagem, transmitida em palavras, eleva a autoestima e leva as pessoas a acreditarem nas suas capacidades oriundas da graça de Deus.

O que Deus diz sobre *quem sou?* Como vasos nas mãos do oleiro, somos modelados por Deus. Ouvir esta palavra de Deus e compreender suas indicações nos ajuda a decidir os caminhos que vamos seguir.

As pessoas com deficiência convivem com uma dificuldade ainda mais complexa do que qualquer outra pessoa no que se refere ao que os outros dizem sobre o seu *eu*. O mundo de aparências onde vivemos deposita uma pesada carga sobre as pessoas com deficiência e sobre suas famílias. Pesa muito o que dizem amigos, Igreja, escola, família e sociedade sobre aquela pessoa considerada incapaz de ser por ela própria.

A pessoa com deficiência é vista como objeto, exposto a qualquer opinião, e jamais como sujeito das suas decisões, desejos ou sonhos. Portanto, o exercício de ouvir a voz de Deus e os Seus planos para a vida da pessoa com deficiência deve ser praticado não só por ela, mas também pelas pessoas em seu entorno (família, escola, comunidade cristã). Não é suficiente a pessoa entender o plano de Deus se quem está em seu entorno a sufoca e não a compreende.

A questão da imagem para o ser humano é fundamental para a sua sobrevivência e razão de ser. Para as pessoas com deficiência não é diferente. A dificuldade reside nos olhos de quem vê e define de forma dualista o que é e o que não é, o que vale e o que não tem nenhum valor para a sociedade.

A luta por sobreviver e mostrar que se tem valor é mais difícil para as pessoas com deficiência. Elas enfrentam grande desgaste para ganhar espaços, serem ouvidas e terem seus lugares na sociedade. De novo, os sujeitos de possíveis mudanças ficam relegados à condição de objetos da bondade e das “boas e misericordiosas” almas da sociedade.

Em nível de discurso e compromisso de todas as Igrejas com as pessoas com deficiência, há muito ainda por fazer. Talvez o mais importante seja definir o discurso teológico sobre a deficiência.

Ainda fala mais alto o discurso da deficiência como um azar ou falta de sorte da pessoa e da família. Fica enfraquecido o discurso e a possibilidade de descobrir na deficiência um sentido de vida.

Hoje muitas pessoas buscam a imagem do Deus Todo-Poderoso, da prosperidade e da glória que colabora para a exclusão das pessoas humildes em sua fé e que são consideradas fracas diante de Deus. As pessoas com deficiência sob a lógica da teologia da glória são,

muitas vezes, ridicularizadas na sua forma de ver e sentir Deus na sua vida. Ficam expostas à humilhação e à negação de suas capacidades.

Os milagres que se esperam de um Deus Todo-Poderoso são construídos no imaginário humano longe de toda possibilidade de um Deus fraco e humilde que na cruz realizou o maior ato de amor ao mundo. O poder criado por regras humanas toma distância deste Deus da cruz e regula a vida e comportamento das pessoas cristãs, classificando-as em melhores e piores.

Na lógica da teologia da glória e do Todo-Poderoso não existe a possibilidade de ver as pessoas com deficiências criadas à imagem de Deus; não se permite a fraqueza, a feiura e a fragilidade nessa visão teológica. O Todo-Poderoso é “perfeito”.

2. Imago Dei em Jesus Cristo

Jesus Cristo, que vem a nós, entende a fragilidade humana e se identifica com ela por meio de sua experiência na cruz. Ele sofreu primeiro e abriu o caminho da esperança e da confiança na misericórdia de Deus para com o mundo. É essa graça que nos move a crer e confiar no seu perdão e amor incondicional sem fazer diferença ou acepção de pessoas.

A imagem de Deus a partir de Jesus Cristo nos permite entender que nenhum sofrimento se compara ao do Filho de Deus na cruz; por outro lado, a pessoa em sofrimento encontra alívio e confiança nesse Deus humilde e compreensivo. Nele encontramos o poder da cura, do alívio, a libertação do que nos oprime, do que nos persegue e torna nossa vida dolorosa; ele é nosso refúgio e salvação.

Na ressurreição vemos a esperança. Ela nos leva a criar uma nova visão de mundo, de humanidade. Formam-se novos parâmetros e linguagem nas relações cotidianas. Somos pessoas diferentes e não deficientes. Únicos por sermos imagem de Deus. Somos mais e não menos. Somos abundância e não resto. Somos espírito e alma livres e não só corpo limitado.

Para Deus, somos tesouro em vasos de barro. Jesus é o novo que se apresenta em contraposição às leis de pureza observadas no Antigo Testamento. Ele vem instaurar um mundo novo em cada toque, no ato de deixar-se tocar, em cada gesto de ouvir e dar atenção aos gemidos e ao sofrimento humano.

Jesus rompe e destrói para sempre toda barreira de discriminação e cria uma nova visão de mundo, de relações que unem o espiritual com o prático e necessário da vida humana.

Como resultado disso, vemos nos relatos registrados nos evangelhos como as pessoas se sentiam dignas e importantes, suas vidas tinham sentido e um novo começo, novas descobertas e possibilidades.

Santo Agostinho dizia: “A deformidade de Cristo é o que nos forma. Deformado ao ser crucificado e renovado ao ressuscitar.” *“Sua deformação é nossa beleza.”*

Em sua Teologia da Cruz, Lutero nos fala do Deus abscondito – oculto. Para Lutero, a chave para entender as escrituras é o “paradoxo”. Trata-se de concepções aparentemente contraditórias e, por isso, incompreensíveis ao ser humano, mas que encerram verdades:

- Para a pessoa cristã viver é necessário morrer.

- A pessoa humilhada será exaltada.
- A pessoa rica é pobre.
- A sabedoria é loucura.

Estes paradoxos têm o seu resumo no símbolo da cruz. Ali está a fraqueza, a vergonha da humanidade, a loucura que Deus tomou sobre si oferecendo em troca a vida eterna e a esperança. A redenção da humanidade na imagem de um Deus misericordioso e de amor.

Observando a realidade atual das Igrejas cristãs, provavelmente não conseguiremos resolver o problema das pessoas em relação à discriminação ou à classificação e ao lugar das pessoas com deficiência nas comunidades cristãs. Talvez jamais entendamos o amor incondicional de Deus, porque sempre vamos medir o amor de Deus a partir dos nossos parâmetros humanos regrados por doutrinas que classificam as pessoas como boas ou más, certas ou erradas, merecedoras ou não do amor de Deus.

3. Sigamos refletindo sobre as seguintes questões:

Acredito realmente ser parte da criação de Deus?

Alguém cria algo dizendo: "Isso não vai servir para nada"?

O que nos faz sentir livres apesar de um corpo atrofiado, paralisado?

O que nos atrofia o espírito e não nos permite viver a liberdade que Cristo nos deu?

Na nossa Igreja cristã e nos espaços cotidianos, pensamos a partir da lógica da abundância do ser que Deus nos deu para tentar modelar uma linguagem e gestos que valorizem o que temos e somos e que não só ressaltem o que nos falta (pensando nas pessoas com deficiência)?

Como reforçar um discurso cristão que defenda o justo equilíbrio entre ser imagem de Deus e as aparências do mundo?

Buscar na teologia da cruz e na teologia da glória: contribuições e incompreensões de cada uma para entender a graça de Deus.

Notas

1. Neli Maske: mestrado em Aconselhamento Pastoral, bacharelado em Teologia. Pastora. Matelândia/PR.

Orientações para uma hermenêutica a partir da experiência da deficiência

Pa. Ma. Iára Müller ¹

Existem variadas hermenêuticas, entre outras: a feminista, a ecológica, a hermenêutica homoafetiva, a hermenêutica negra, mulherista, indígena, de dalits/intocáveis na Índia. Todas elas chamam a atenção para um olhar mais cuidadoso, mais específico para os textos bíblicos, para abraçarmos todas as diferenças.

Repito aqui o que Umberto Eco escreveu: “Como se aprende sobre a diferença humana? Deve-se ensinar às crianças que os seres humanos são muito diferentes entre si e explicá-lhes em que se diferenciam, para então mostrar que essas diferenças podem ser uma fonte de enriquecimento para todos.”

Também quero lhes trazer ao ouvido as palavras de Boaventura de Sousa Santos, que diz: “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças”.

Sendo assim, apresento-lhes alguns pontos, um desafio para um novo jeito de olhar, a fim de considerar uma hermenêutica mais inclusiva que expanda a visão de Deus, de Jesus Cristo, das pessoas com deficiência nos textos bíblicos e modifique a maneira de ler a Bíblia, levando em consideração o enfoque de quem tem a experiência da deficiência.

Este encontro que nos reúne começou como um sonho e está de consonância com o trabalho da Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência, ou *Ecumenical Disability Advocates Network*, do CMI. Esta rede tem por objetivo abordar as preocupações das pessoas com deficiência na Igreja e na sociedade em geral. Ela foi estabelecida na oitava Assembleia do CMI em Harare, no Zimbábue, em 1998.

EDAN quer que as Igrejas-membro do CMI reconheçam que as pessoas com deficiência foram historicamente marginalizadas, que suas vozes não foram ouvidas e seus dons e contribuições foram ignorados por muitos anos dentro e fora da Igreja. Quer assegurar que as Igrejas entendam que, para ser realmente Igreja de Jesus Cristo, incluir as pessoas com deficiência não é uma opção ou trabalho social, mas é uma característica da própria Igreja, seguindo os passos de Jesus.

Em 2006, na IX Assembleia do CMI, em Porto Alegre, as pessoas com deficiência reunidas

na pré-assembleia da então já criada EDAN assumiram um chamado urgente de trabalhar, junto com movimentos ecumênicos, por uma compreensão dinâmica e global de justiça, o que requer, se não exige, uma transformação nos relacionamentos interpessoais em todos os níveis da vida eclesial e civil em direção a comunidades mais justas e inclusivas.

Assim sendo, a EDAN definiu suas oito prioridades a partir da assembleia de 2006, em Porto Alegre, a serem conquistadas ou implantadas até a próxima assembleia, na Coreia do Sul. Entre elas, cito somente três: 1) introduzir o assunto deficiência nas Igrejas-membro; 2) introduzir o assunto deficiência nas instituições teológicas; 3) trabalhar o assunto deficiência junto aos movimentos internacionais de direitos humanos.

Nosso foco, então, é o assunto deficiência nas instituições teológicas da IECLB. Por que tratar do assunto deficiência nas nossas instituições? Porque a própria pregação e muitas atitudes da Igreja proporcionaram profundas atitudes de exclusão e isolamento da pessoa com deficiência. Falar sobre deficiência na teologia é visto como uma possibilidade de influenciar positivamente as atitudes de potenciais ministros e ministras e outras lideranças de Igreja.

De início, pensou-se em fazer palestras com estudantes de teologia durante o tempo de formação. Depois, pensou-se em oferecer uma disciplina específica sobre deficiência e todas as suas ramificações, como deficiência e gênero, deficiência e violência, legislação, psicologia da deficiência, hermenêutica, estatísticas, terminologia, etc. Também se pensou na possibilidade de inserir o assunto deficiência dentro de outras disciplinas teológicas, como parte delas. Tudo isso foi tentado e experimentado.

A Faculdade EST foi pioneira em cursos sobre teologia e deficiência para estudantes, cursos de extensão sobre deficiência, como, por exemplo, língua de sinais, cursos com a Rede Sinodal, envolvendo estudantes da EST, corpo docente, funcionárias e funcionários da Rede, e também introduziu o assunto em diferentes disciplinas, mas não como algo fixo no seu currículo, e sim esporádico. Estas mesmas tentativas aconteceram em muitos lugares no mundo, nas regiões do CMI, e chegou-se até a montar um rascunho de um currículo básico flexível o suficiente para adaptações nos diferentes contextos.

A razão de falarmos sobre deficiência dentro da ciência teológica é muito bem explicada por Robert Anderson: "Por que corpos com deficiência são poucos e estão distantes da educação teológica? Acessibilidade (ou falta dela) é somente uma resposta parcial. Olhe para os corpos no seu campus para descobrir que cores, que vozes e formas de corpo indicam sobre a sua comunidade teológica. Que corpos sua comunidade teológica valoriza mais? Deixe o corpo falar."²

Sinto-me responsável por lhes trazer esta introdução, já que tenho uma deficiência, fui fundadora do trabalho com pessoas com deficiência no Sínodo Rio dos Sinos, na IECLB, e sou coparticipante desse processo da EDAN, na qual represento o Brasil, e fui delegada da IECLB na Assembleia do CMI em Busan, em outubro de 2013.

1. Conceituando

Preciso esclarecer ainda, brevemente, dois termos: deficiência e hermenêutica.

O termo deficiência é uma criação da sociedade moderna na tentativa de agrupar pessoas com diferentes características, mas que sofrem efeitos similares diante da vida em

sociedade. Este termo não existia no oeste nem na tradição africana, e tampouco na tradição judaico-cristã havia este tipo de classificação do ser humano. Isso explica por que este termo não é encontrado na Bíblia. Também explica por que o termo vai se modificando, desde pessoas aleijadas, deficientes, pessoas com necessidade especial, pessoas portadoras de deficiência e agora pessoas com deficiência, pois seu entendimento vai se expandindo, na medida em que outras compreensões médicas, filosóficas e antropológicas vão se expandindo.

O termo hermenêutica quer dizer: uma maneira de interpretarmos textos bíblicos. Ela sempre é contextualizada, diz Elizabeth Schüssler Fiorenza.

No livro *Key Concepts in Cultural Theory*, editado por Andrew Edgar, o termo hermenêutica é simplesmente descrito como “a teoria da interpretação e análise textual. As raízes da hermenêutica vêm da prática da exegese bíblica e legal.” Em outras palavras, poderíamos dizer que hermenêutica é a forma pela qual interpretaremos um texto, de onde partimos, que suspeitas temos e que ferramentas usamos para seguir pesquisando um texto.

2. Orientações

Orientações a serem consideradas, quando se leem e interpretam textos bíblicos a partir das pessoas com deficiência.

1) Levar em conta a experiência da deficiência no ser humano, ter conhecimento quanto a preconceitos comuns (primeira coisa que veem em mim é minha deficiência) em relação a elas e que pode existir dor física e emocional, bem como muitas experiências de exclusão.

2) Conhecer um pouco da história da deficiência na história da humanidade, que passou por diferentes fases, desde a morte à atual inclusão (pessoa com deficiência e sociedade se esforçam juntas para uma participação integral), passando por institucionalização e integração (pessoas com deficiência fazem um esforço para parecerem normais e serem aceitas). Não esquecer jamais que estas fases coexistem ainda hoje.

3) Usar terminologia correta quando a deficiência é elemento essencial.

4) Esvaziar-se do que até agora ouviu sobre algum texto bíblico e abrir-se a novos “insights” de pessoas com deficiência. As interpretações mais conhecidas dos textos bíblicos, provavelmente, não exprimem o que as pessoas com deficiência sentem ou pensam, pois elas não eram lembradas em outras épocas.

5) Se for um texto de cura, não tratar a deficiência do personagem bíblico como uma alegoria ou uma dificuldade emocional ou simbólica.

6) Evitar que pessoas com deficiência sejam consideradas um grupo homogêneo e que, por isso, se passe por cima de suas individualidades. Todas têm fé diferente, sexualidade diferente, atitudes diferentes frente aos desafios. Somos indivíduos com histórias únicas, como vocês.

7) Perceber que deficiência não é perda, tragédia, punição de Deus ou fraqueza e fragilidade, mas é uma condição com a qual a pessoa precisa conviver.

8) Ter em mente que ter uma deficiência é viver na ambiguidade da criação de Deus: a vida é marcada pela boa criação de Deus e simultaneamente marcada pelo sofrimento.

9) Se forem trabalhados textos bíblicos com pessoas com deficiência, não explorar somente os textos de cura, mas qualquer texto, e descobrir mais sobre o ponto de vista delas.

10) Tentar quebrar mitos construídos sobre as pessoas com deficiência, para compensar o seu limite/déficit ou diferença nos seus corpos e mentes: que são inteligentes, uns anjos, boas, sem pecados, superiores ou, por outro lado, agressivas, infelizes, incapazes, assexuadas, com baixa autoestima e mal resolvidas.

11) Uma hermenêutica a partir de quem tem a experiência da deficiência poderá produzir “insights” que pessoas sem deficiência não perceberiam (por exemplo, que talvez fosse melhor que Jesus não tivesse curado).

12) Essa hermenêutica precisa constantemente de ajustamentos e processos transformativos, pois a medicina avança, a antropologia e filosofia se transformam, termos e conhecimentos sobre a deficiência se modificam.

13) Prestar muita atenção para o resultado dessa hermenêutica. Traz restauração para quem tem uma deficiência? Reconcilia as pessoas com deficiência com uma imagem de pessoa integral, mesmo permanecendo a deficiência? Recupera, traz para o cenário a pessoa com deficiência como um ser integral, como pessoa com voz? Encoraja as pessoas com deficiência a saírem de onde estão? Inclui?

14) Essa chave hermenêutica, ou seja, uma leitura interpretativa de textos bíblicos sob a ótica e com a sensibilidade para com as pessoas com deficiência, tem que partir de: a) uma análise da realidade da deficiência num contexto dado (pode ser social, mundial, regional, local); b) uma análise de como na Bíblia se apresentam as pessoas com deficiência.

15) A hermenêutica a partir da experiência da deficiência precisa buscar revelar o Evangelho e a plena participação no Reino de Deus para quem tem uma deficiência, sem exigir uma mudança nos seus corpos.

Notas

1. Iára Müller: mestrado em Aconselhamento Pastoral, bacharelado em Teologia. Pastora. Pelotas/RS.
2. ANDERSON, 2003.

Referências bibliográficas

AGENDE. Mulheres e violências. Brasília, 2006.

ANDERSON, Robert (ed.). A Look Down the Road. In: *Graduate Theological Education and the Human Experience of Disability*. New York: The Haworth Pastoral Press, 2003. p. 57.

EDAN. Pre-Assembly Report – Porto Alegre, 2006.

_____. A Church of All and For All – Kenya, 2003.

EDGAR, Andrew (ed.). *Key Concepts in Cultural Theory*. New York: Routledge, 1999.

FRITZSON, Arne; KABUE, Samuel. *Interpreting Disability*. Geneva: WCC Publications, 2004.

MÜLLER, Iára. Princípios para uma hermenêutica a partir da experiência da deficiência – Bolívia, 2007.

_____. Hermeneutical principles from the point of view of people that experience disability – Rio de Janeiro, 2008.

Deficiência e cura

P. Murilo Jung¹

No início de minhas reflexões, ponderei muito sobre quem mais fala de cura em nossos dias e cheguei à conclusão de que a medicina fala mais de cura do que a religião.

Cura, em nossos dias, não é com a religião, a não ser que consideremos a medicina uma espécie de religião do futuro (afinal, até vida eterna já se cogita). Há uma expectativa messiânica na medicina, mas não podemos nos aprofundar muito nisso aqui.

É pertinente falar de cura e deficiência diante de uma sociedade que se ampara numa definição jurídica atrelada ao diagnóstico médico. Ninguém pode se dizer pessoa com deficiência sem a “autorização” das pessoas portadoras de tais definições. A medicina mecânica ainda é o que determina a deficiência. (Impressionou-me um ultrassom morfológico onde, com base nas medidas (por exemplo, da translucência nucal), o médico afirmou que a Letícia, minha filha, não teria síndrome de Down. Ou seja, o padrão de medida define tal diagnóstico. Porém, a surpresa ao nascer foi esta: ela tinha trissomia).

A medicina define o que é doença e deficiência e ela mesma propõe o respectivo tratamento para se obter a cura. E, quando esta não é possível, tenta-se minimizar a chamada “inaptidão” frente à vida. Talvez não seja nosso campo de atuação como igreja falar de cura em relação à deficiência. Ou, ainda, podemos nos perguntar: Há necessidade de falar de cura quando se fala de deficiência?

De qualquer forma, também é difícil falar de cura, em nossos dias, nos âmbitos eclesiais e mais difícil ainda falar de deficiência num mundo competitivo e extremamente performático. A não ser que a deficiência sirva aos interesses do mercado, seja de bens e serviços ou até religioso, com vistas ao lucro. Tudo muito confuso, se a gente parar para pensar.

Entretanto, não podemos deixar de falar de cura e deficiência. Primeiro, porque Jesus Cristo viu, redimiou, curou pessoas, e muitas delas não estavam doentes, mas com alguma deficiência física ou intelectual (creio que para Jesus o que importava não era a deficiência, e sim o ser humano criado à imagem e semelhança, com sua dignidade fundada no amor de Deus). Segundo, porque precisamos de uma nova visão sobre valores que as culturas humanas criam frente ao diferente.

1. Cura no Antigo Testamento

Olhando apressadamente o Antigo Testamento, percebemos que o principal termo para

designar cura é rafa. Chama a atenção que não aparece nada em relação à cura de uma pessoa com deficiência (exceto, o caso da mão de Jeroboão que se torna ressequida e logo depois é restabelecida em 1Reis 13.4-6). O que pode causar estranheza é que a Bíblia é tida como um livro de histórias de milagres e cura e, em nossa cultura, a religiosidade popular é marcada pelo elemento mágico imediatista. Já escandaliza no AT que cura e doença sejam atribuídas à ação de Deus (Êx 4.11; Dt 28.35; 1Sm 6.3; Is 58.8, 61.1; Jr 14.19; 15.18; 30.17; Ez 34.4).

Entretanto, as curas, o rafa, referem-se, em sua maioria, à situação do povo e à miséria em que se encontra frente a outros povos, aos pecados, à injustiça generalizada, estando até próximo de um colapso como nação. A cura não diz respeito a um problema biológico, mas, ainda que se manifeste no corpo, vai além deste. E, na profecia, remete a um período futuro quando Deus agirá e curará seu povo (Is 29.18-19; 35.6). Diante disso, podemos compreender o pano de fundo do anúncio de Jesus Cristo.

2. Cura no Novo Testamento

Jesus Cristo não se revelou um curandeiro nem um milagreiro. As suas curas não aconteceram sem um lugar vivencial e cultural. Entretanto, não só um lugar vivencial e cultural marcante, mas numa herança de conceitos teológicos que provem das promessas e agir de Deus, registrados no AT. Quando Jesus começa seu ministério, o faz “ensinando, pregando e curando” (Mt 4.23). E este movimento de Jesus está de acordo com o conceito Reino de Deus formado frente às promessas de Deus no AT (em Mt 8.4 Jesus proíbe a pessoa curada que fale sobre isso, mas a exorta para que reconheça a ação de Deus, para testemunho do poder de Deus e seu Reino; vide também Mt 11.2-6, lembrando que João Batista também anunciava o Reino de Deus). Sei que nos deparamos com um chavão que pode receber muitas interpretações; por isso, usaremos uma compreensão básica: o Reino de Deus está onde Deus é Rei, e este reinado só pode ser apreciado na escatologia cristã.

Isso significa que a pregação, os ensinamentos e as curas existem numa tensão entre o presente e o futuro. Voltando para as curas, percebemos que, ainda que sejam manifestações concretas do restabelecimento da pessoa, ainda este restabelecimento da pessoa é provisório e aguarda a plenitude frente ao fim que Deus tem preparado, pois o Reino é presente e futuro. A cura é sinal do fim de forma antecipada devido à vinda do Reino na pessoa e obra de Jesus Cristo. Ele é o portador do Reino de Deus e por meio dele as pessoas são inseridas neste Reino, onde Jesus Cristo é o mediador da nova relação do ser humano e Deus. E o valor do Reino é o olhar com misericórdia para o sofrimento da pessoa. Valor este que vale para todas as pessoas que pertencem a Deus. Misericórdia é o olhar daquelas pessoas que fazem parte deste Reino e estão atentas aos sofrimentos alheios. Ainda assim, a cura em Jesus Cristo precisa ser vista como evento escatológico, antecipação do que será pleno no último dia. A cura é uma das formas de anúncio e testemunho do evangelho que Jesus trouxe para o mundo como novidade de vida.

Entretanto, ainda que acessível, a cura não está disponível mediante fórmulas ou ritos. A própria oração que Jesus ensinou, ainda que fora de um contexto de cura, diz: “... venha o teu reino, seja feita a tua vontade...”. Portanto, ainda que Jesus cure e use a igreja para isso, a cura não necessariamente precisa acontecer. Percebo que Jesus Cristo não tinha um ritual de cura, nem uma liturgia de cura, pois Jesus curou sob várias circunstâncias e de diversos modos. Também cai na vista que os termos *terapeo*, *iaomai* e *sozo*, os principais no grego para designar cura, simplesmente desaparecem nos escritos mais tardios (o Apocalipse só retoma o tema da cura no capítulo 22.2). Pode ser interpretado que o fenômeno da cura foi

diminuindo à medida que o evangelho se estabelecia nas comunidades (Ef 2.20) e também nos cargos estabelecidos da comunidade de fé. Tiago ainda fala de cura, mas no contexto de presbíteros, presbíteras e líderes da igreja que oram para o Senhor Jesus que curará e perdoará.

3. Cura e deficiência

Diante destas informações, podemos pensar que a existência de todo ser humano está marcada pelo futuro. É o futuro de Deus que irrompe no tempo e cria uma série de expectativas que estão presentes e também reservadas para o fim desta criação, para a nova criação. Não é possível deixar de citar que muitas curas são claramente relacionadas com promessas da nova criação (ainda que não se trate de um evento de cura, é interessante ler 1Co 15.35ss nesta perspectiva).

Essa tensão escatológica deveria nortear nossa atitude frente à deficiência também. O ser humano com deficiência é um ser aberto para o futuro e não fadado ao passado.

Não é de hoje que ouvimos histórias sobre diagnósticos de que crianças com deficiência não viverão, nem terão evolução, muito menos aprenderão algo, entre outras barbáries que se fazem. No entanto, se pensamos em termos de presente e futuro, estamos abertos e abertas para intervenções de Deus não só em relação à pessoa com deficiência, mas ao entorno dela, principalmente sua família. Com ou sem um milagre, somos incluídos e incluídas no processo de crescimento, história e aprendizado da pessoa com deficiência. Devemos ser estimulados, estimuladas, carregados e carregadas pelo fato de não saber o limite deste ser humano, ainda mais porque sabemos o alvo que ela encontrará frente ao Reino que está, mas ainda virá. Ela não foi criada para ser uma pessoa com deficiência, mas para viver com Deus; este é seu alvo.

Com certeza, isso não dilui os desafios frente à realidade hoje. Entretanto, a realidade hoje não pode determinar o que seremos no futuro. Nem as nossas condições físicas e intelectuais. A pessoa com deficiência não pode ser desestimulada a mudar e alargar suas aptidões e autonomia. Ela precisa de uma perspectiva que abarque o presente e o futuro para não se entregar ao status quo que a cerca e a quer determinar.

4. Concluindo

Diante disso, fica claro que não podemos falar de cura no sentido da religiosidade popular brasileira, que é marcada pelo elemento mágico imediatista que já foi mencionado anteriormente. Não nos cabe prometer curas e muito menos chamar pessoas com deficiências de doentes (minha filha é muito mais saudável que eu). A cura foi um instrumento de anúncio do Reino e precisa ser entendida na perspectiva escatológica cristã. Fora desta perspectiva perdemos o foco do Reino de Deus e prometemos o que não temos disponível, ainda que acessível. Neste sentido, há espaço para a intercessão cristã e a diaconia a partir da misericórdia revelada em Jesus Cristo.

Devemos orar e agir para a mudança da sociedade e sua cultura performática em vez de simplesmente buscar a adequação da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho (o que muitas vezes é tido como inclusão). Devemos orar com as famílias, conversar com elas, estimulá-las a enxergar a realidade sob outro foco do que aquele ao qual estão muitas vezes presas.

Devemos criar condições de romper com lutos e angústias para dar lugar ao crescimento

e cuidado para com a pessoa com deficiência sem lhe tirar condições para ser autônoma e assumir responsabilidades.

Nosso desafio é acolher, dar autonomia, responsabilidades, desafiar e estimular a pessoa com deficiência e sua família no sentido de que ela também é um ser voltado para o futuro de Deus e não está limitada ao presente. O evangelho de Jesus Cristo nos faz perceber que podemos agir e pensar de maneira diferente hoje, com a vantagem de saber que o fim será a vitória sobre todas as limitações desta realidade, sejam de ordem cultural, física, emocional ou teológica. E isso podemos viver hoje pela fé, pela confiança em Jesus Cristo, que se envolve com o ser humano independentemente de sua situação. Nós somos instrumentos de cura de uma sociedade marcada pelo egoísmo e individualismo de todos os seres humanos, inclusive das pessoas com deficiência.

Notas

1. Murilo Jung: bacharel em Teologia. Pastor. Nova Petrópolis/RS.

Referências bibliográficas

Bíblia Sagrada: nova versão internacional. São Paulo, 2002.

Chave bíblica. Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. Léxico do NT – Grego/português. São Paulo: Vida Nova, 2000.

The Greek New Testament: Third Edition (corrected). Stuttgart: United Bible Societies, 1983.

SCHÖKEL, Luis Alonso. Dicionário bíblico hebraico-português. Trad. Ivo Storniolo, José Bortolini. São Paulo: Paulus, 1997.

Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1998.

Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

KROEFF, Paulo. Possibilidades e desafios da pessoa com deficiência: contribuições da logoterapia e da teoria sistêmica. Ribeirão Preto: IECVF, 2012.

BRAKEMEIER, Gottfried. O segredo do milagre: uma perspectiva bíblico-teológica. São Leopoldo: Sino-dal, 2012.

PANNENBERG, Wolfhart. Teologia Sistemática. Santo André/São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2009. v. II, p. 102-2

Práxis Comunitária Inclusiva¹

Pa. Ma. Sandra Kamien Tehzy²

Ser comunidade cristã pressupõe colocar-se no caminho do seguimento de Jesus Cristo e ser Ele a orientação, a base para o “con-viver”, o elo que nos une como igreja. Nas palavras de Brakemeier: “A comunhão com Cristo, pois, estabelece a comunhão dos comungantes entre si e os transforma em comunidade, igreja”³.

A Igreja é, por definição, um lugar e um processo de comunhão aberto a todas as pessoas; ela convida todas e não faz discriminação. [...] É uma comunidade de pessoas com dons diferentes, que se complementam entre si. [...] a Igreja precisa reconhecer as premissas básicas de igualdade e dignidade na mensagem cristã e promovê-las como prioridade em todos os seus trabalhos. Incluir as pessoas com deficiência e envolver-se com elas não é mera opção para as Igrejas de Cristo. É característica do ser da Igreja.⁴

A premissa da igreja como lugar de todas as pessoas foi e ainda é muitas vezes colocada no horizonte do utópico, e este é entendido como impossível. Viver em comunidade é conviver em constantes tensões, e, assim, como não existe ser humano perfeito, não existe comunidade humana perfeita. Mas não buscar uma igreja perfeita não significa que a busca por uma igreja aberta a todas as pessoas – que não discrimine, onde as individualidades convivam e se complementem, onde as diferenças e igualdades sejam reconhecidas e respeitadas, onde as pessoas tenham o mesmo valor – não seja a busca por uma “igreja possível” ou simplesmente “igreja”.

Buscaremos, neste texto, apontar algumas contribuições sobre inclusão na comunidade. Nessa busca, confrontamo-nos com a distância entre a prática comunitária que acreditamos estar de acordo com o seu fundamento, que é Cristo, e a realidade percebida pelas pessoas no viver comunitário. Acredito que nesta realidade comunitária “percebida” encontramos questionamentos e pistas para o ser igreja “inclusiva”. E também provocações!

Não enxergo a Igreja como um todo preocupada com esta questão. [Pessoa 3].

Considero a Igreja ainda muito elitista e discriminatória, contrariando os ensinamentos de Cristo. [Pessoa 7].

1. “Os muitos no Um”: Igreja como Corpo de Cristo

“Nós, embora muitos, somos um só corpo”. Esse canto litúrgico muito usado nas celebra-

ções eucarísticas em comunidades da IECLB remete talvez à mais conhecida metáfora da eclesiologia paulina, interpretada como metáfora da “unidade na diversidade”. Esta metáfora nos oferece elementos interessantes para refletirmos sobre as relações e os “lugares” de todas as pessoas na convivência comunitária. O texto se encontra na Primeira Carta do Apóstolo Paulo à Comunidade de Corinto (1Co 12.12-27).

As informações contidas nas cartas de Paulo à Comunidade de Corinto revelam uma comunidade “real” que, ao trilhar os primeiros passos na fé, vivenciava dificuldades, conflitos, inseguranças e dúvidas na convivência na diversidade num contexto onde o sincretismo com a cultura e pensamentos locais tornava-se um constante desafio. Assim, essas cartas não são uma exposição sistemática da doutrina cristã, mas tentam responder e orientar sobre questões concretas vividas pela comunidade.

Visando o bem comum da comunidade e, por consequência, a sua edificação, Paulo usa a conhecida “metáfora do corpo” como critério e caminho para a inter-relação entre diversidade e unidade em evidente conflito na comunidade. Assim, “o remédio para a rivalidade não se encontra no esforço para impor uma homogeneidade, mas o reconhecimento de que a diversidade é legítima e necessária – e, portanto, desejável – para que o corpo funcione”.⁵

Ao usar a metáfora do corpo para a vida comunitária, Paulo dá a ela um sentido diferente do usado regularmente⁶, talvez até inverso ao usual, que era de manutenção e legitimação da hierarquização social e política. Com ela, o apóstolo estabelece uma relação de interdependência e igualdade de valor entre os membros, sem a qual o corpo não é corpo.

Paulo rompe com a ideia de superioridade de dons que hierarquiza os membros do corpo, que era presente na comunidade. Ao falar sobre os dons, o apóstolo tira os carismas da “excepcionalidade” que sustenta o status e ressignifica-os como o “criador e animador de uma comunidade articulada e diversificada”, não uniforme, mas plural, onde as diferenças constituem e “edificam” o corpo. Esse entendimento provém da compreensão de que se Deus é quem dispõe os membros no corpo, qualquer tipo de “querelas, menosprezo de umas às outras (das partes do corpo) ou vanglória ofendem [sic] o Deus doador”.

Sendo Cristo o elo entre os membros do corpo e as diferenças vistas e compreendidas como “dons” recebidos de Deus, estabelece-se um novo princípio organizador da convivência no corpo e na vida em comunidade, onde as diferenças que nos causam “insegurança” não precisam ser evitadas ou entendidas como ameaças, e, assim, os membros podem acolher-se mutuamente, como recomenda o apóstolo:

A fé cristã liberta da necessidade de autoafirmação, porque tem experimentado a justificação pela graça. Consequentemente, o princípio da comunidade cristã já não é: “os iguais tendem a associar-se entre si”, mas: “acolhei-vos mutuamente como Cristo vos acolheu para a glória de Deus” (Romanos 15.7) Por isso a comunidade cristã é comunidade de diferentes que já não experimentam suas diferenças como uma ameaça mútua, mas como enriquecimento recíproco. Tais tipos de comunidades constituem a configuração social viva da justificação pela graça.⁸

O apóstolo lembra também que a multiplicidade de dons na comunidade é dádiva divina, o que afirma a dignidade atribuída a todos os membros do corpo.⁹ Ao atribuir a dignidade de todos membros do corpo, isto é, de todas as pessoas, à graça de Deus, Paulo afasta a possibilidade de relacionar a dignidade com funcionalidade, qualidade ou faculdade es-

pecial do ser humano, que fica isento de comprovar sua dignidade por méritos próprios, e, conseqüentemente, a falta de dignidade não pode ser relacionada ou justificada pela “falta” de determinados pré-requisitos localizáveis na pessoa. Assim, ela não é concessão de uma pessoa a outras, mas “direito humano” de todas. E, como direito, precisa ser desdobrada na práxis diária.

A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais.¹⁰

Aqui vale esclarecer que a compreensão da dignidade humana expressa pela ideia “imagem de Deus”, que muitas vezes foi interpretada como “imagem da perfeição divina” e usada para justificar um modelo de ser humano ideal e perfeito, excluindo todas as pessoas que não correspondem a esse modelo, principalmente as que trazem em seus corpos as marcas visíveis desta “imperfeição”, não corresponde à compreensão bíblica de imagem de Deus e, por isso, não encontra nela nenhuma fundamentação teológica.

Conseqüentemente, a dignidade proveniente de Deus requer desdobramentos numa lista de direitos humanos. Sua violação equivale a uma afronta ao próprio Deus. Como imagem de Deus, as pessoas são declaradas propriedade divina e, por isso, imunes ao arbítrio humano. Elas têm, perante o foro humano, o direito à cidadania e à proteção à vida. Dignidade não permite permanecer [sic] um conceito abstrato. Opõe-se concretamente a todas as formas de escravidão e assassinato. Precisa traduzir-se em práxis.¹¹

Outro aspecto importante a ser destacado do texto de 1 Coríntios 12.12-27 é que, para Paulo, a ideia de corpo não dilui as individualidades, mas as inter-relaciona, pois elas são geradoras da diversidade essencial ao corpo, são unidas e não uniformizadas pela experiência compartilhada em Cristo. Um membro por si só não é o corpo, nem vários membros iguais constituem o corpo. “Ninguém reúne em si a plenitude do corpo, todos, porém, ‘participam’ dele, tomam parte dele”¹². Corpo de Cristo só existe na diversidade de nossos corpos que se relacionam. Se neste corpo/comunidade que somos existem ausências, somos ainda um corpo?

2. As falas do corpo: falas que dizem, silêncios que falam

Muitas coisas foram ditas pelas sete pessoas que participaram da pesquisa para a minha dissertação de mestrado, e não só com as palavras, que revelavam diferentes olhares da e para a vida comunitária. De quem está habituada e viciada no papel de “falar”, de quem se esperam palavras, os olhares muitas vezes buscavam “autorização” para dizer. Assim, o “ouvir” como pesquisadora foi uma experiência muito interessante. Interessante e algumas vezes “incomodante” a percepção do “lugar” em que somos colocadas e que, em momentos da entrevista, transcende a pastora e se mistura à instituição, e para as quais nem tudo pode ser dito. Só para a pastora, em off,¹³ é claro! E essas falas, embora não ditas, falam muito.

Assim, na difícil tarefa de manter fechada a boca da pastora que os conhecidos olhares pediam para que falasse por eles, desviei o olhar que, ao “fugir”, autorizava, buscando o distanciamento nem sempre alcançado, mas necessário para que a pesquisadora pudesse ouvir o que a pastora não poderia.

2.1. O corpo fala: inclusão?!?...

O que você entende por inclusão? Muito se fala sobre inclusão na atualidade. Muitas são as compreensões e as pessoas que tentam explicá-la, tornando-se impossível limitá-la em um conceito. Afinal, o que entendemos por inclusão? E, quando falamos nela, de qual inclusão estamos falando?

Inclusão tem sido, nos últimos anos, tema e objeto de muitos debates, livros, seminários e congressos. Muitas são as pessoas especialistas “autorizadas” a discorrer sobre o assunto. Diferentes são as abordagens e as compreensões de inclusão. Muitas são as discordâncias sobre a melhor abordagem conceitual do assunto. Muitas são as bandeiras. Muitas são as demandas. Muitos são os questionamentos (graças a Deus!). No contexto eclesial, percebemos nas falas comunitárias que são tímidos os avanços. Existem alguns consensos. Há várias experiências que estão dando “certo”. Mas podemos afirmar: alguns passos já foram dados, muitos ainda precisam ser dados e inclusão diz respeito a TODAS as PESSOAS! Aceitando a provocação de Cláudia Werneck, autora de livros sobre inclusão: “Todos mesmo?”

Quando falamos em inclusão dentro da igreja/comunidade, percebemos que ela ainda não diz respeito a todas as pessoas. Não questiono com isso a existência de grupos ou departamentos específicos nas comunidades, sínodos ou igreja que se ocupam da temática. Esses grupos têm desenvolvido um trabalho¹⁴ essencial, tanto para as pessoas diretamente envolvidas neles, quanto para a provocação da discussão. Mas desconfio que, às vezes, a setorização “isente” as demais de se envolverem.

Outro ponto que percebemos é que, na maioria das vezes em que falamos em inclusão, ela é entendida como inclusão de pessoas com deficiência. Talvez isso ocorra pela proporção que a discussão ganhou no campo da educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/96, que garante o acesso a todas as pessoas “preferencialmente na rede regular de ensino”. É, também, nesse campo de saber que encontramos a maior parte da literatura sobre o assunto. Segundo Rosita Edler Carvalho, a proposta de educação inclusiva

[...] (a) traduz-se pela substituição de um modelo centrado no “defeito” da criança para um modelo “ambiental” que considera as variáveis que, perversamente, têm produzido a exclusão educacional escolar e político-social de inúmeras pessoas; (b) não diz respeito, exclusivamente, ao alunado da educação especial e sim a qualquer aprendiz; (c) que, em decorrência, essa proposta implica, necessariamente, análises críticas da escola que temos e que precisa mudar sua cultura e suas práticas para exercitar a cidadania de todos os seus aprendizes; (d) que essa escola reflete a sociedade na qual se insere, podendo contribuir para que esta se torne menos elitista.¹⁵

Quanto à legislação sobre inclusão, segundo Romeu Sasaki, no Brasil ela é rica e variada, embora com muitos pontos negativos um caráter integracionista. Em relação às pessoas com deficiência, o autor afirma que existem dois tipos básicos de leis: as gerais e as específicas, e elas podem ser definidas como integracionistas ou inclusivas. Segundo ele:

Leis gerais integracionistas são aquelas que contêm dispositivos separados sobre a pessoa com deficiência para lhe garantir algum direito, benefício ou serviço. [...] Leis gerais inclusivas seriam aquelas que, sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência. Esse tipo de lei

ainda está por ser formulado. Leis específicas integracionistas são aquelas que trazem no seu bojo a ideia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados desde que ela tenha capacidade de exercê-los. Leis específicas inclusivas são aquelas que trazem no seu bojo a ideia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos.¹⁶

“Nós não precisamos de mais leis, precisamos que se cumpram as que já temos”¹⁷. Essa afirmação feita por uma pessoa surda num debate sobre inclusão aponta para o fato de que leis e projetos não garantem inclusão. A adaptação social é necessária, mas não muda as formas de olhar para as pessoas, para a diversidade e a diferença.

Assim, as reflexões sobre inclusão se expandem para além das leis e propostas pedagógicas, estando diretamente ligadas às formas de ver e compreender o ser humano em suas multiplicidades dentro dos paradigmas vividos na atualidade. Pressupõem a necessidade de mudança em todos os âmbitos sociais, frente às gigantescas exclusões presentes em nossa sociedade globalizada, partindo do pressuposto de que

[...] o ser humano não nasce pronto; faz-se na interação com os outros e com o meio cultural e ambiental. Seus direitos também são construção histórica. Por isso é que seres [sic] humanos podem ou não se constituir em sujeitos de direitos, a depender da qualidade das relações estabelecidas.¹⁸

Segundo o autor, neste processo “a educação tem um lugar” ou, podemos dizer, “vários”, e também a igreja é chamada a refletir sobre sua práxis e ressignificá-la, buscando caminhos alternativos para uma comunidade que se pretende inclusiva. A partir deste pano de fundo, olhamos para as falas da comunidade.

As respostas das pessoas entrevistadas sobre a pergunta: “O que você entende por inclusão?” revelam diferentes compreensões e ênfases, que, às vezes, se misturam na resposta de uma mesma pessoa. Todas as sete pessoas entrevistadas apontaram para o aspecto da adaptação, mas com ênfases diferentes: algumas focadas no ambiente, nas pessoas e nos grupos que recebem e “possibilitam” a inclusão, abrindo “espaço” ou estando preparados para “atender” a pessoa com deficiência; outras focadas na pessoa com deficiência, ou no seu esforço, que “mostra ser capaz” de estar ali.

Bom, eu entendo que inclusão ocorre quando pessoas são possibilitadas, pessoas com alguma deficiência têm a possibilidade de participar junto com pessoas que não têm deficiência, destas mesmas atividades, [...] as mesmas tarefas, ou mesmas possibilidades, mesmo encontrando dificuldades diferentes, mas que estejam inseridas [...]. [Pessoa 1].

Todas as sete pessoas apontaram, em algum momento da sua fala, para a ligação entre inclusão e o direito à igualdade e à não discriminação, mesmo que indiretamente. Mas, às vezes, como transparece na fala da pessoa 5 transcrita abaixo, parece que o foco muda do direito para a sensibilidade, quando se mencionam diretamente as pessoas com deficiência.

A inclusão exige transformação do sistema e ruptura de padrões. Necessita de mudanças que beneficiam todas as pessoas. A sociedade se adapta para atender as necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, aprende a ser mais sensível e atenta às necessidades de todos. A inclusão defende os direitos de

todas as pessoas com ou sem deficiência [...]. [Pessoa 5].

Destaco ainda, a partir das entrevistas, as compreensões de inclusão como “levar junto”, não esconder, e também localizada no convívio entre iguais (no espaço deles). A partir desta compreensão, a comunidade torna-se um lugar que “causa impaciência”, pois pressupõe silêncio e imobilidade, a não ser no “permitido” senta e levanta das liturgias.

Outro pressuposto para a inclusão é o da necessidade de existir um sentimento de aceitação e reciprocidade por parte “daquele que pretende ser o que acolhe”, que se dá na convivência com a diversidade e no respeito às diferenças de cada pessoa. Cabe ainda destacar que a inclusão é um processo que provoca mudanças neste “conviver” em comunidade e que eventos pontuais, como “o culto na semana nacional da pessoa com deficiência”, pouco contribuem para desencadear esses processos. A realização desta “Semana” em muitas comunidades é o único momento em que o assunto da inclusão é abordado, normalmente com o foco na pessoa com deficiência, apesar das recomendações em contrário.

Bom, em primeiro lugar eu compreendo que para que haja inclusão, é necessário que também haja um encontro e a vivência de diferentes pessoas. E, daí, nós poderíamos citar todas elas, as pessoas com deficiência, pessoas de outras classes, de outras raças [...] Então, é um assunto que não se refere somente a pessoas com deficiência, mas diz respeito a todos. Então, também, aprender com o outro, aparentemente menos favorecido. [...] não uma relação onde um dá e o outro recebe, mas onde um aprende com o outro. Respeitando, então, diversidade ou respeitando a forma do outro ser, a forma com que o outro age, percebendo que eu também sou diferente. Por exemplo, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, eu compreendo que ela é muito importante, mas muitas vezes pra mim ela é quase que uma tentativa somente de fazer com que a sociedade e as pessoas reflitam sobre a situação das pessoas com deficiência. Em si, ela pouco promove a inclusão, pra que isso aconteça como eu digo, tanto que se houvesse a inclusão de fato, também nós não precisaríamos lembrar da semana nacional. Isso faria parte do nosso cotidiano. Então, essa valorização da pessoa com deficiência, ela precisa acontecer todo dia, no dia a dia e não somente naquela semana ser lembrada, e de repente trazida ao culto ou a um encontro, ao contrário, acho que é uma caminhada, um encontro, é a vivência que você tem todos os dias que vai crescendo e se aperfeiçoando. [Pessoa 6].

2.2. O corpo fala: entre experiências e rampas

Quando se pediu para as pessoas relatarem algumas experiências de inclusão a partir do contexto no qual estavam inseridas, eu tinha em mente os contextos eclesiais que elas representam: o comunitário; afinal, exceto a pessoa da coordenação nacional dos trabalhos com pessoas com deficiência, todas as demais são lideranças em suas comunidades, sendo que a maioria ocupa cargos diretivos. Foram relatadas as seguintes experiências de inclusão no contexto comunitário:

No ano passado, alunos da APAE participaram do Chá de Advento da OASE. Sua participação não foi destacada para os demais. Como as demais pessoas, foram servidas, receberam hinários para cantar e ouviram o Grupo de Canto da OASE. Foi uma experiência bem legal! [Pessoa 7].

[...] no entanto, uma experiência de inclusão, ela começa a se fazer aos poucos também, e eu percebo isso muito bem quando nos cultos uma menina, ela normalmente em todos os cultos ela participa, e o que ela faz, ela chega, ela nos abraça, abraça a mim e [...], e [...] que canta, sem medo. [...] e ela chega e conversa, e outras pessoas com que ela tem também um pouco mais de contato, ela faz a mesma coisa, senta no primeiro banco, ora o Pai-Nosso e todo mundo na Igreja consegue ouvir e eu penso assim, que coisa bonita, que coisa se mais pessoas com deficiência fizessem a mesma coisa que ela faz, porque, com isso, aos poucos eu também tenho a impressão de que a própria comunidade já não vê mais ela como uma pessoa estranha, não como uma ameaça, não como alguém que de repente nos cause medo, mas como alguém que tá ali, né. [Pessoa 6].

No primeiro relato feito pela pessoa 7, é importante destacar a participação “como as demais pessoas”, que não focaliza a deficiência como “diferencial”. Quantitativamente falando, chama a atenção a aproximação numérica dos relatos: um encontro no “chá de Advento da OASE”, uma moça que participa dos cultos. E, mesmo que não tenha sido estabelecido ou delimitado um número de experiências ou um período de tempo determinado dentro do qual elas se localizassem (p. ex., um ano ou mais), é evidente que o fato de não terem sido relatadas outras experiências de inclusão não significa que tais experiências não tenham ocorrido.

Considerando que, das seis¹⁹ pessoas entrevistadas, apenas foram mencionadas as experiências acima citadas, guardadas as proporções, esses dados nos oferecem um panorama realista; preocupante, mas ainda assim realista, sobre quanto e como caminhamos comunitariamente em direção a uma práxis inclusiva. Não considerei a existência de rampa na entrada da igreja, apontada por duas pessoas como experiência de inclusão, por ser adaptação arquitetônica exigida pela lei.

No entanto, foram relatadas várias experiências de inclusão em contextos “fora” da comunidade, a maioria experiências observadas ou vivenciadas no contexto profissional de cada pessoa. Essas experiências correspondem ao campo de atuação em que cada pessoa está inserida: empresarial, educativo-social e político. Nestes contextos, foram mencionadas experiências de inclusão no mercado de trabalho dos que “têm mais capacidade”, uma pessoa apontou positivamente para a legislação que determina a proporção de pessoas com deficiência dentro do quadro funcional de empresas, e houve dois relatos dentro do campo educativo.

2.3. Nas falas do corpo: a percepção das ausências

Vários trabalhos e pesquisas, como de Mary R. G. Esperandio²⁰ e Elizabete C. C. Renders²¹, têm apontado para a invisibilidade e a ausência das pessoas com deficiência nos discursos teológicos e na vida comunitária. Isso é percebido em diferentes contextos eclesiais, sendo um desafio para todas as igrejas a busca de caminhos que viabilizem a participação comunitária de todas as pessoas.

A partir da percepção desta realidade, também nas comunidades da IECLB, e buscando sua confirmação ou não, perguntamos às pessoas entrevistadas: “Como você vê a participação das pessoas com deficiência nas práticas comunitárias?” Todas as respostas apontam para a “quase total” ausência de participação destas pessoas na comunidade: “Olha, de modo geral eu penso que a participação das pessoas com deficiência, ela é quase mínima”

[Pessoa 3]; “Bem, não tenho como afirmar, mas minha percepção é de que não há muita participação do portador em trabalhos comunitários” [Pessoa 3]; “Eu acho que tem ampliado, mas ainda está bem aquém do que deveria” [Pessoa 1]; “Eu já vi, há um tempo atrás, em função de uma pessoa” [Pessoa 2].

Essa última fala levanta, através do exemplo desta “uma pessoa” que era²² uma liderança muito ativa dentro de uma das comunidades, um aspecto muito importante relativo à participação das pessoas com deficiência na vida comunitária, e que não se limita somente ao contexto eclesial: é o aspecto da “autorização”, da referência. Explico com um trecho deste relato:

Tu sabes que o fato de ela ser uma PPD, isso também facilitava pra ela esse diálogo com as famílias, né, pra trazer, “traz o teu filho”, porque, não sei qual era o termo que ela usava, mas é aquela história, a pessoa se afina. Tu tá me convidando, vamos pro Beira-Rio? Tu é colorado? Não, sou do Grêmio, meu, então o que vais fazer lá? Nós temos que estar “afins”, temos que ser do mesmo time, e a H. era do mesmo time que aquelas pessoas. [Pessoa 2].

Esse aspecto é ressaltado também por outra pessoa entrevistada a partir de seu contexto profissional:

[...] eu trabalho num setor onde a gente tem muito contato com pessoas com deficiência, e eu observo que quando os grupos se organizam ou têm uma liderança que trabalha com esses grupos, e incentiva elas para a vida normal, assim, de fazer as coisas que normalmente se faz, né, quando uma pessoa portadora de deficiência observa que a outra está fazendo determinadas coisas, ela, eu percebo que ela se sente autorizada a fazer também. [Pessoa 1].

Será que a não participação das pessoas com deficiência na comunidade está relacionada com a percepção de que o espaço comunitário não é um espaço de/para “todas as pessoas”? Será que as pessoas com deficiência se sentem “autorizadas” a estar na igreja? O que nos diz a pessoa 4 quando fala que o filho com deficiência, quando vai à APAE, “é pra ver como fica faceiro, lá ele vê o mundo dele, ele observa, ele fica faceiro, fica bem diferente”, e num outro momento afirma que o filho fica impaciente na igreja?

Além de perceber a “ausência” das pessoas com deficiência na igreja, as entrevistas apontaram alguns outros motivos da não participação, que levantam outros questionamentos. São eles: o preconceito e a discriminação, a manifestação de um sentimento de “compaixão” direcionado à pessoa com deficiência, que é considerada “inferior”, culpa ou vergonha ligadas à concepção de deficiência como “castigo ou fruto de pecado”, falta de motivação por não se sentir “bem-vinda” na comunidade e falta de conhecimento que sustenta “tabus” e estereótipos em relação à deficiência, como podemos ver no depoimento da pessoa 6:

[...] imagino que isso se dê, em grande parte, por um sentimento de culpa, de vergonha da própria família em ter uma pessoa com deficiência e não querer mostrar isso à comunidade, às demais pessoas. Mas, por outro lado, também muitas vezes há falta de abertura que se dá pras famílias e filhos com portadores de deficiência, há uma falta de conhecimento, de convivência que desmistifique a deficiência e permita esse encontro das pessoas. A concepção de deficiência como castigo, ela é muito presente nas pessoas, na família e na sociedade, e isso gera um forte sentimento de culpa e medo e, conseqüentemente, o afastamento de muitas famílias da comunidade. A S., em um dado momento, compartilhou que

se não fosse a perseverança dela em continuar participando e se fazer presente, ela teria desistido. E assim, eu percebo isso em relação a muitas outras famílias, não precisa falar isso, [...] no momento em que você não é bem-vindo a um espaço, você não retorna a ele, quer dizer, é culpa da comunidade? Nem sempre, mas é algo que precisa ser muito bem trabalhado, refletido. Claro que também a gente sabe que, em outros momentos, essa pouca participação dessas pessoas com deficiência, ela também é devido, é devida à sua falta de locomoção, de possibilidade de ir até um culto, até um encontro. Mas muitas vezes penso eu que também são desculpas, quando não se tem motivação pra isso. Não se tem abertura pra isso. É como se as pessoas não se sentissem bem-vindas. É mais ou menos isso.

Os motivos acima levantados não se restringem ao contexto comunitário, e muitos deles são vivenciados em outros contextos. Fica o desafio e o questionamento: “Vejo como uma necessidade o chamamento de pessoas [...] para o seio dos trabalhos da comunidade. Não apenas como beneficiárias de campanhas. Considero a Igreja ainda muito elitista e discriminatória, contrariando os ensinamentos de Cristo”.

2.4. Igreja e inclusão: questionamentos, papéis, possibilidades...

Quando falamos na relação entre Igreja e inclusão, só podemos falar a partir da perspectiva da fé. E fé entendida aqui a partir da imagem bíblica do caminho (hodos) que acompanha todo o ministério de Jesus, que se colocou como caminho e que é o fundamento da Igreja. É a partir desta perspectiva que as pessoas responderam sobre como viam o papel da Igreja em relação à inclusão e o que achavam necessário para uma comunidade inclusiva. Essas falas refletem suas compreensões de Igreja, misturando expectativas e questionamentos, bem como apontam caminhos e possibilidades para uma práxis comunitária inclusiva.

Diante das grandes demandas apontadas pelas reflexões sobre inclusão, os trabalhos desenvolvidos pela Igreja tornam-se pouco expressivos, evidenciando o quanto precisamos avançar em nossas reflexões e atuação. É o que evidencia o relato da Pessoa 3: “Bem, não consigo dizer que ela é ativa nesta área. Não enxergo a Igreja, como um todo, preocupada com esta questão”. Ampliando um pouco o foco da comunidade para o contexto do Sínodo através da atuação da pessoa 7, verificamos que essa percepção não muda, mesmo considerando que o trabalho em nível de coordenação sinodal abrange um número maior de comunidades: “Muito pequeno, irrelevante”. E na sequência da colocação aponta o despreparo como um dos possíveis motivos para esta realidade, o que evidencia que “boa vontade” não basta para uma práxis inclusiva, fazendo-se necessário o suporte de “conhecimentos”; conforme suas palavras: “Talvez pelo despreparo dos próprios pastores, como ocorre com os professores que também não são preparados para um trabalho de inclusão e sucesso de deficientes, pobres, rejeitados...”.

Outro ponto importante apontado quanto ao papel da Igreja é o do espaço ocupado pela comunidade enquanto entidade religiosa dentro da organização social e política local, onde a Igreja pode ser mais uma “voz” na busca de uma sociedade mais justa, mais inclusiva, passando do papel de “conservadora e moralista” ao exercício de ser profética, buscando contribuir para as mudanças necessárias a uma sociedade mais humana. O exercício deste papel é apontado, também em outros momentos nas entrevistas, como um ponto necessário para uma comunidade mais inclusiva. Assim, a vida comunitária não é entendida como

algo “à parte” da realidade social e política, mas nela tem um papel

[...] bastante importante de se inserir onde são criadas políticas públicas pra que essas possibilidades de inserção dessas pessoas aconteçam. Acho que a Igreja tem essa responsabilidade e muitas vezes a gente separa muito as coisas, e eu penso que também pela comunidade a gente tem que ter essas propostas e em muitos momentos são levadas. Eu sei que igrejas às vezes têm esse lugar também pra poder, politicamente eu falo, pra criar essas políticas públicas, pra estar nos conselhos, para estar lá, se fazer representar nas associações, enfim [...]. [Pessoa 1].

Paulo Freire, em seu texto sobre “O papel educativo das igrejas na América Latina”, ao falar da Igreja profética, coloca que nessa linha profética

[...] a educação se instauraria como método de ação transformadora. Como práxis política a serviço da permanente libertação dos seres humanos, que não se dá, repetamos, nas suas consciências apenas, mas na radical modificação das estruturas em cujo processo se transformam as consciências.²³

Trago esta colocação de Paulo Freire por acreditar que, a partir de um olhar educativo da “práxis comunitária”, o convívio em comunidade pode ser potencializado para desencadear processos inclusivos. Exemplificando a partir das colocações numa das entrevistas, o intenso convívio comunitário, quando baseado na interdependência entre as pessoas, pode nos sensibilizar para o outro e para a outra, proporcionando um autoconhecimento mais profundo e honesto, tornando-nos mais humanos. Como nos afirma Morin:

[...] a compreensão de nossas fraquezas ou faltas é a via para a compreensão das do outro. Se descobrimos que somos todos seres falíveis, frágeis, insuficientes, carentes, então podemos descobrir que todos necessitamos de mútua compreensão.²⁴

Uma importante preocupação com os papéis da Igreja e o que é necessário para uma comunidade inclusiva aponta diretamente para o aspecto educativo dentro da comunidade, o “falar claramente sobre”, isto é, viabilizar e estimular espaços de discussão. Todas as pessoas entrevistadas apontaram a ligação entre deficiência e pecado, castigo ou falta de fé, o que demonstra a urgente necessidade de falar sobre o assunto, ainda mais considerando que esses argumentos ou justificativas fomentam e mantêm estereótipos e “pré-conceitos”, sem falar na visão “caritativa”, baseada na “pena” que essas compreensões acarretam. Isso podemos verificar, por exemplo, a partir do depoimento abaixo transcrito:

[...] penso que é necessário acontecer, na comunidade, dentro das famílias, também um maior esclarecimento no que se refere à deficiência, às causas, às dificuldades, mas também às possibilidades de uma pessoa com deficiência, e isso muitas vezes se fala muito pouco, por isso também ela é um tabu entre as pessoas. Muito preconceito existe, muito medo existe com a desinformação das pessoas, e isso a gente percebe no relacionamento com as pessoas, às vezes nas próprias crianças, e aí eu posso relatar também a minha experiência quando ainda era mais jovem e cuidava do meu irmão, com síndrome de Down, onde algumas crianças até falavam assim: “Eu não posso brincar com ele, porque senão eu também vou ficar doente”, daí tá, quando você é mais jovem, mais criança, você não se dá conta disso, você não sente a gravidade disso, mas depois você começa a perceber que não é assim, e que isso realmente é inculcado pelas pessoas,

pela sociedade, às vezes até sem maldade ou por desinformação de fato. É uma dificuldade que também precisa ser superada, e, além disso, pra que aconteça também a inclusão na comunidade, penso que nós também precisamos nos dar conta, também, da nossa real condição humana, saber das nossas limitações, saber das nossas fraquezas, saber que não somos como pensamos muitas vezes, autossuficientes. E a pessoa com deficiência, ela nos confronta com isso, ela nos faz perceber que nós precisamos dos outros, que nós temos, sim, fraquezas, limitações, mas que nem por isso nós somos menos ou inferiores, então eu penso que isso também é algo importante, que a gente tenha presente, saber da nossa condição. Outras pessoas, inclusive as pessoas com deficiência, elas também têm potencialidades que precisam ser descobertas e trabalhadas, em relação a isso percebo quanto também às vezes é prejudicial e difícil um relacionamento das pessoas quando há compaixão, pena, delas. Essa pena, ela dificilmente contribui pro crescimento do grupo, pra vivência do grupo; ao contrário, ela cria uma relação desigual, como eu disse no início, porque é uma relação onde um dá e o outro simplesmente recebe, e pra que aconteça essa inclusão é necessário que ambos aprendam um com o outro. Nesse sentido, acho que é também como você se coloca diante da pessoa, muitas vezes a postura de pena, de compaixão, ela traz consigo uma ideia de que tu estás acima ou em um lugar melhor que a outra pessoa também, muitas vezes as pessoas acabam desde do início da infância aprendendo que elas estão num lugar abaixo dos outros. [Pessoa 6].

Por último, mas não menos importante, quero destacar ainda um aspecto que é apontado quase como uma característica “inerente” ao ser Igreja, mas que muitas vezes é entendido como assistencialismo, que é a questão da solidariedade. Acredito que a solidariedade faz, sim, parte do ser Igreja, tanto quanto faz parte do ser humano. Não a entendo como um “sentimento” que temos em relação ao outro, uma qualidade que nos torne “pessoas de bom coração” e que mantém o outro no lugar de “receptor” ou “recipiente” de nosso favor, mas como um compromisso com o outro e com a outra que me leva a questionar a situação em que esse outro e essa outra se encontra e a buscar mudanças.

Neste sentido, busco embasamento no conceito de sensibilidade solidária de Hugo Asmann, que não se ocupa diretamente com as questões das pessoas com deficiência, mas sua preocupação “consiste na integração ou inclusão da massa dos/as excluídos/as na vida social, nas condições de possibilidade de viverem uma vida digna e prazerosa”²⁵, aproximando-se assim do nosso tema. Para ele:

A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro-e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é um conhecimento e uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual.²⁶

3. Conclusão

A IECLB traz uma marca em sua trajetória que ainda hoje determina, talvez inconscientemente, a vida comunitária: o de ser “fechada”. Esta característica pode estar ligada às dificuldades vividas pelos imigrantes alemães, que, ao serem excluídos na sociedade, fe-

charam-se em guetos.²⁷ Essa herança histórico-cultural não justifica, mas explica a desconfiança e a dificuldade de aceitação, por parte de comunidades, de pessoas “estranhas” à sua “tradição”, não só em relação às pessoas, mas também às mudanças e “novidades”.

A partir da criação da Coordenação Nacional para o trabalho com pessoas com deficiência, a reflexão sobre inclusão ganha novo ritmo dentro da Igreja. Dentro das várias propostas e trabalhos desenvolvidos neste setor, destaco o importante papel de ajudar a Igreja, as comunidades e os sínodos a se perceberem como protagonistas no compromisso com a inclusão. Através dos diversos cursos, seminários e assessorias promovidos, muitos passos importantes já foram dados em muitas comunidades. Mas muitos ainda precisam ser dados, e acredito que é urgente provocar essa reflexão dentro de comunidades que ainda veem a inclusão como um assunto que diz respeito apenas às pessoas com deficiências e suas famílias. Neste sentido, vejo como fundamental romper com a ideia de que inclusão é ter um grupo de apoio às pessoas com deficiência. Não questiono a importância deste trabalho, mas será que ele não reforça a ideia de “atendimento”, que, por sua vez, pode reforçar a ideia de “algo que precisa ser resolvido” e, quando não há sucesso, busca-se o “consolo espiritual”, que indiscutivelmente também faz parte do papel da Igreja, mas será que não contribui para a sustentação da ideia de “deficiente”?

Chamou a atenção nas entrevistas realizadas para esta pesquisa a quantidade de vezes em que aparece nas falas a compreensão de deficiência como pecado ou castigo. O entendimento de deficiência como falta ou falha é tão presente em nós, que vivemos nestes tempos de consumismo exacerbado, de culto ao corpo, não à saúde, que é difícil conseguirmos nos “livrar” desta compreensão de deficiência, que o próprio termo expressa.

Considerando que as diferenças apresentadas pelas pessoas com deficiência são entendidas como “qualidades negativas – tão marcantes e significativas porque relacionadas como ao que lhes falta”²⁸, e que esta forma de olhar foi e ainda é justificada por compreensões religiosas, é urgente uma “aprendizagem” que possibilite outras formas de olhar para as pessoas. Como comunidade, o que nos une é a fé em Jesus Cristo como “hodos”, o que Ele aponta para nossa prática comunitária?

Neste sentido, “o olhar” de Jesus às pessoas, expresso em sua prática, articulado com a metáfora paulina da Igreja como “corpo”, oferece caminhos para repensar as práxis comunitárias. Jesus rompeu com muitos paradigmas em sua época, e sua mensagem do Reino de Deus oferecia às pessoas outra perspectiva para a vida. O questionamento de leis e tradições presentes na atuação de Jesus nos chama a romper com o medo do “sempre foi assim” e a ter “coragem” como Igreja de deixar o confortável lugar em que muitas vezes nos colocamos e lutar efetivamente pela vida digna para todas as pessoas, tão presente em nossas pregações. Isso leva a questionar se realmente somos uma Igreja de “todos e para todos”, ou se, pelos menos, realmente queremos ser.

A metáfora paulina de Igreja como “corpo” estabelece o princípio da interdependência e igualdade entre os membros do corpo e, com isso, rompe com a possibilidade de hierarquização. Este talvez seja o primeiro desafio do texto. O reconhecimento dessa interdependência é um processo de aprendizagem mútua, onde não há espaço para atitudes baseadas em relações de poder, onde um está acima do outro ou da outra, que geralmente levam a atitudes de pena e compaixão e em nada contribuem para a dignidade das pessoas.

Outro aspecto importante já apontado neste texto é que, na convivência no corpo, as diferenças e individualidades são preservadas e vistas como contribuição que enriquece as

relações. Diante da padronização e também na luta por direitos e reconhecimento do valor e da dignidade, o papel das diferenças é fundamental. Mas, ao mesmo tempo em que elas nos diferenciam, marcam limites, demarcam lugares, elas também nos afastam.

Daí a relevância de enfatizarmos, em nossa busca e em nossas reflexões sobre inclusão, pontos de aproximação, semelhanças que nos aproximem, que respeitem as diferenças enquanto diferenças, sem tentar compensá-las ou justificar seu valor. Nesses processos de construção da convivência, é fundamental estabelecermos outras formas de olhar para as diferenças e ter claro que

Diferença é sempre diferença, ela nunca deixa de ser diferença, não pode ser compreendida como um momento específico – e não desejável – no processo de construção de igualdades sociais. A diferença é construída histórica, social e politicamente.²⁹

Diante dos caminhos percorridos, dos questionamentos e descobertas que esse caminhar pelas reflexões sobre inclusão provocou, cabe aqui ainda destacar a convivência comunitária como um “campo potencial” para processos inclusivos. Durante as entrevistas, observando as falas das pessoas, percebe-se a busca de muitas coisas na comunidade/igreja. Dela se esperam muitas coisas, nela se idealizam muitas coisas, nela se constroem muitas relações, nela falta espaço para muitas pessoas, nela há espaço para muitas pessoas.

A vivência da fé une as pessoas em semelhantes sonhos, esperanças, desejos, inquietudes, dúvidas, etc. Independentemente do que as leva à comunidade, elas estão “ali”. Esse estar ali em busca de algo potencializa os encontros comunitários como espaços ricos para o “aprender a viver junto”. E aqui cabe o desafio, feito em algumas entrevistas, de se “falar” mais claramente sobre os assuntos, relacionar os textos bíblicos com a realidade. A “Igreja da palavra” fala pouco... esquecendo que “nosso silêncio” muitas vezes reforça compreensões que não são “coerentes” com o Evangelho do Reino. Inclusão diz respeito a todas as pessoas!

Como contraponto, ou não, finalizo com as palavras de Bauman:

Somos todos interdependentes neste nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distância dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas, torna a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida – mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido coletivamente. Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.³⁰

Notas

1. Extrato do 3º capítulo da dissertação de mestrado intitulado “Simplesmente igreja: algumas contribuições para a práxis comunitária” que serviu de base para as reflexões no Fórum de Teologia e Deficiência.
2. Sandra Kamien Tehzy: mestrado em Teologia Prática, bacharel em Teologia. Pastora. Toledo/PR.
3. BRAKEMEIER, Gottfried. A Primeira Carta do Apóstolo à Comunidade de Corinto: um comentário exegético-teológico. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 133.
4. CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. Uma Igreja de todos e para todos: uma Declaração Teológica Provisória. São Paulo: Aste, 2005. p. 30-31.
5. “El remedio para la rivalidad no se encuentra en un esfuerzo por imponer una homogeneidad sino en el reconocimiento de que la diversidad es legítima y necesaria – y por tanto, deseable – para que el cuerpo funcione” (tradução própria) (FOULKES, Irene. Problemas pastorales en Corinto: comentario exegético-pastoral a 1 Coríntios. San José: DEI, 1996. p. 349).
6. A imagem do corpo “original da tradição estoica era popular na época e frequentemente usada na literatura. Tinha sua versão mais afamada na fábula de Menenius Agrippa, que por ela conseguiu debelar um conflito de classe em Roma” (BRAKEMEIER, 2008, p. 164).
7. BARBAGLIO, Giuseppe. As cartas de Paulo. v. 2. São Paulo: Loyola, 1991. p. 329.
8. “La fe cristiana libera de la necesidad de autoafirmación, porque ha experimentado la justificación por la gracia. Consiguientemente, el principio de la comunidad cristiana ya no es: ‘los iguales tienden a asociarse entre sí’, sino: ‘acogeos mutuamente como os acogió Cristo para gloria de Dios’ (Romanos 15.7). Por eso la comunidad cristiana es comunidad de desiguales que ya no experimentan sus diferencias como una amenaza mutua, sino como un enriquecimiento recíproco. Tal tipo de comunidades constituyen la configuración social viva de la justificación por la gracia” (MOLTMANN, Jürgen. Diaconia en el Horizonte del Reino de Dios: hacia el diaconado de todos los creyentes. Tradução de Constantino Ruiz Garrido. Guevara: Editorial Sal Terrae, 1987. p. 24).
9. BRAKEMEIER, 2008, p. 166-167.
10. EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 17.
11. BRAKEMEIER, Gottfried. O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulus, 2002. p. 45-46.
12. BRAKEMEIER, 2008, p. 168.
13. “Em off” significa “depois que o gravador era desligado”, mas a conversa sobre o assunto continuava.
14. Um exemplo importante nesta questão são os trabalhos desenvolvidos na área do aconselhamento pastoral, como o apresentado na pesquisa de MÜLLER, 1999. Esses trabalhos muitas vezes são entendidos como “exclusivos” para as pessoas com deficiência e/ou familiares, o que pode reforçar a ideia de que essas questões dizem respeito apenas aos “atingidos”, alavancando, assim, poucas mudanças na práxis comunitária.
15. EDLER CARVALHO, 2004, p. 14-15.
16. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005. p. 151-152.
17. Por ocasião do 2º Ciclo de Debates sobre Inclusão sob o tema Universidade Inclusiva, ocorrido em 11 de agosto de 2007 na UNISINOS.
18. CARBONARI, Paulo César. Diversidade e educação: ensaio de compreensão das raízes para indicar alternativas. In: KLEIN, Remí; BRANDENBURG, Laude E.; WACHS, Manfredo C. Ensino Religioso: diversidade e identidade: V Simpósio de Ensino Religioso. São

Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 35.

19. No total foram sete pessoas entrevistadas, mas nessa questão deixei de fora, na análise das entrevistas, a “pessoa da coordenação nacional” devido ao caráter institucional das experiências relatadas.
20. ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. A produção da (in)visibilidade da pessoa portadora de deficiência mental: uma cartografia de uma comunidade batista. São Leopoldo, IEPG, 2001.
21. RENDERS, Elizabete Cristina Costa. Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência. São Bernardo do Campo, UESP, 2006.
22. “Era” porque ela faleceu no ano passado.
23. FREIRE, Paulo. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 127.
24. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004. p. 100.
25. ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 90.
26. ASSMANN, 2000, p. 134.
27. Essa característica é apontada por pesquisadores como SCHÜNEMANN, Rolf. Do gueto à participação: o surgimento da consciência sociopolítica na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
28. EDLER CARVALHO, 2006, p. 139-140.
29. SKLIAR, Carlos (Org.). Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 23.
30. BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 133-134.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BARBAGLIO, Giuseppe. As cartas de Paulo. v. 2. São Paulo: Loyola, 1991.
- BRAKEMEIER, Gottfried. A Primeira Carta do Apóstolo à Comunidade de Corinto: um comentário exegético-teológico. São Leopoldo: Sinodal, 2008.
- _____. O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulus, 2002. p. 45-46.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARBONARI, Paulo César. Diversidade e educação: ensaio de compreensão das raízes para indicar alternativas. In: KLEIN, Remí; BRANDENBURG, Laude E.; WACHS, Manfredo C. (Org.) Ensino Religioso: diversidade e identidade: V Simpósio de Ensino Religioso. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. Uma Igreja de todos e para todos: uma Declaração Teológica Provisória. São Paulo: ASTE, 2005.
- EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. A produção da (in)visibilidade da pessoa portadora de deficiência mental: uma cartografia de uma comunidade batista. São Leopoldo, IEPG, 2001.
- FOULKES, Irene. Problemas pastorales en Corinto: comentário exegético-pastoral a 1 Coríntios. San José: DEI, 1996.

- FREIRE, Paulo. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOLTMANN, Jürgen. Diaconia en el horizonte del Reino de Dios: hacia el diaconado de todos los creyentes. Tradução de Constantino Ruiz Garrido. Guevara: Editorial Sal Terrae, 1987.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.
- MÜLLER, Iára. Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- RENDERS, Elizabete Cristina Costa. Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência. São Bernardo do Campo, UMESP, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- SCHÜNEMANN, Rolf. Do gueto à participação: o surgimento da consciência sociopolítica na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- SKLIAR, Carlos (Org.). Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.

Teologia é falar de sonhos:

Teologia pública e a inclusão da pessoa com deficiência

Dr. Felipe Gustavo Koch Buttelli ¹

1. Introdução

Inicialmente, é importante considerar, ainda que brevemente, o tipo de aproximação que se faz de cada discussão. O tipo de compreensão que tenho de mim mesmo será determinante para o tipo de abordagem que promovo sobre qualquer tema. Este procedimento é especialmente útil como iniciativa franca e honesta que identifica quais potencialidades minha aproximação carrega consigo e quais são suas vulnerabilidades.

Esta talvez seja a primeira reflexão sistematizada que promovo sobre o tema da inclusão da pessoa com deficiência. Não é, no entanto, a primeira vez que penso sobre isso, até porque os trabalhos que tenho desenvolvido têm a inclusão como pauta permanente. Portanto, este procedimento tem sido um caminho de duas vias, em que me situo também como alguém em processo de aprendizagem, apreciando tantos testemunhos engajados e implicados com a realidade de convívio com a deficiência ou com pessoas com deficiência. Por outro lado, desejo que minha abordagem possa somar no que diz respeito ao diálogo profundo com a realidade existencial das pessoas com deficiência e à possibilidade de trazer, desta experiência, decorrências práticas para a reflexão teológica.

Neste sentido, acho pertinente o convite para sugerir uma abordagem desde a teologia pública, independentemente do que venha a ser isto de fato. O que chama a atenção é o interesse e a consciência prévia de que a inclusão da pessoa com deficiência é um tema importante a ser discutido desde a perspectiva teológica. Por outro lado, a pergunta pelo aspecto público desta reflexão aponta para a consciência de que esta reflexão teológica sobre a experiência e condição da pessoa com deficiência deve se desenvolver desde e para dentro do espaço público, articulando-se com a sociedade civil, com o Estado e com outras instituições religiosas estratégicas para superar dificuldades e vivenciar a inclusão de modo mais qualificado e amplo.

Esta perspectiva me desafia pessoalmente e chama à responsabilidade aquelas pessoas que refletem sobre o papel da teologia no espaço público, atentando ao incontestado fato de que a inclusão da pessoa com deficiência deve perfilar-se no rol das lutas por libertação no contexto da sociedade democrática, pautando nossa agenda e demandando o nosso comprometimento, se verdadeiramente consideramos que o compromisso cristão parte das margens e dos espaços em que a exclusão e a violência se expressam do modo mais

nefasto, como é o caso da realidade de exclusão da pessoa com deficiência.

2. Do sonho às lutas públicas

Toda teologia deve partir de um sonho. Parte da esperança, da fé, da escatológica expectativa e da imaginação criativa de que o mundo pode e deve ser diferente do que é. Por isso, o tema “teologia pública e inclusão da pessoa com deficiência” me pareceu asséptico e demasiadamente neutro no que diz respeito ao necessário envolvimento que temos que ter com os nossos sonhos e os nossos desejos mais profundos, utópicos, de construção de um mundo mais inclusivo. Deste modo, decidi colher três depoimentos que dessem voz à carência de esperança e à necessidade de articular sonhos neste percurso reflexivo.

O primeiro depoimento é do historiador uruguaio Eduardo Galeano. O autor de *Veias Abertas da América Latina*, radicado na Argentina, apresenta reiteradamente sua tentativa de ler a história da América Latina desde as margens, desde os fragmentos de histórias silenciadas. Olhando através dos discursos dominantes, das versões vencedoras da história, que se inscreveram nos livros didáticos e nas nossas visões de mundo, Galeano procura encontrar pedaços de espelho, que refletem a experiência daquelas pessoas que não tiveram suas narrativas perpetuadas na história oficial. Este parece ser um contínuo desafio que nos cabe ao fazer teologia, a saber, colher, ouvir, imaginar e dar voz às experiências invisíveis, silenciadas e que, por vezes, nem sabem de si mesmas, vivendo na sombra dos discursos dominantes. Neste processo, também os sonhos são esquecidos, perdidos e calados. Deixam de existir? É o sobre isso que reflete Galeano:

O século XX, que nasceu anunciando paz e justiça, morreu banhado em sangue e deixou um mundo muito mais injusto que o que havia encontrado. O século XXI, que também nasceu anunciando paz e justiça, está seguindo os passos do século anterior. Lá na minha infância, eu estava convencido de que tudo que na terra se perdia ia parar na lua. No entanto, os astronautas não encontraram sonhos perigosos, nem promessas traídas, nem esperanças rotas. Se não estão na lua, onde estão? Será que na terra não se perderam? Será que na terra se esconderam?²

Outro autor, desta vez um teólogo, que reflete sobre a importância da esperança para a reflexão teológica é o frei dominicano sul-africano Albert Nolan. Albert Nolan foi um ativista contra o apartheid, fundou o Instituto de Teologia Contextual na África do Sul, que promoveu reflexão e diversas iniciativas no movimento de contextualização da reflexão teológica. A teologia contextual na África do Sul – e em diversos outros países – tornou-se uma referência da teologia da libertação, refletindo sobre a necessidade de construção de saberes que partam da realidade existencial de quem vive a experiência da exclusão e o sofrimento dela advindo. Nolan também foi um dos principais mentores e redatores do documento *Kairós*, publicado na África do Sul em 1986. Este documento foi uma das referências da virada do posicionamento das igrejas contra o apartheid, que até então permaneciam em um posição de neutralidade. Nolan formulou uma teologia do kairós, ou seja, uma teologia que identifica o tempo oportuno da ação de Deus na realidade sul-africana. O teólogo se tornou uma das referências na discussão da chamada teologia profética. Em recente publicação, Nolan identifica que, diferentemente dos tempos de luta contra o apartheid, vivemos em um tempo em que as esperanças estão se esvaindo. Assim ele descreve seu diagnóstico sobre nosso tempo:

Uma característica importante dos nossos tempos, porém [...] é o desespero. Vivemos

em tempos de desespero. Durante séculos, vivemos a experiência da esperança e do otimismo de um tipo ou de outro – política, econômica, científica e religiosa. Hoje, de repente, quase todos mergulharam em um estado de desespero. Esse é o nosso novo contexto, ou pelo menos o estado de espírito que sentimos com mais intensidade em nossos dias. [...] Vivemos em tempos de desespero, não só porque as pessoas construíram suas esperanças sobre a areia movediça, mas também porque muitos estiveram esperando por coisas erradas³.

Ora, a esperança é elemento básico da fé cristã. A pessoa cristã é aquela que se caracteriza pela esperança, como assevera o apóstolo Paulo, ao referir-se à fé de Abraão, em Rm. 4.18: “Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações”. Nossa reflexão teológica, especificamente no que diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência, precisa partir da esperança.

Um último depoimento é do arcebispo anglicano Desmond Tutu. Tutu recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1986 pela sua incessante luta contra o racismo e contra o apartheid na África do Sul. Foi o primeiro arcebispo negro da Igreja Anglicana na África do Sul e, durante o apartheid, vivia ilegalmente em área reservada a pessoas brancas no regime de segregação racial que marcava o apartheid. Depois do fim do apartheid, Tutu coordenou a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, que procurou promover a reconciliação e oportunizar a vida pacífica em sociedade entre pessoas negras e brancas. Tutu se destacou pela luta pela paz mundial de diversas maneiras, tornou-se um ícone na luta contra o HIV/AIDS e, mais recentemente, tem sido uma das principais referências de protesto e denúncia contra o apartheid promovido pelo Estado de Israel contra o povo palestino.

Em ocasião recente, Desmond Tutu formulou a importância dos sonhos para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva nos seguintes termos:

Nós temos um Deus extraordinário, que é onipotente. Mas este Deus, extraordinária e paradoxalmente, também é impotente. Quando alguém está com fome, nós não vemos “samusas” [comida tradicional sul-africana] descendo do céu. Se uma pessoa faminta tem que ser alimentada, este Deus onipotente espera por nós para sermos parceiros de Deus, para que o milagre da alimentação dos famintos aconteça. [...] Eu suplico a vocês que sonhem. Sonhem o mais idealisticamente que vocês puderem! Sonhem o sonho de Deus. Sonhem quando vocês forem sair para um mundo que é tão desigual. Sonhem com um mundo diferente! [...] Deus espera por você, você, você... para sonhar o sonho de Deus, de um tipo diferente de mundo. Um mundo com compaixão, um mundo cuidadoso, um mundo de partilha, e Deus diz, eu não tenho ninguém, exceto você, você, você... E Deus diz: me ajude! Por favor, me ajude! Ajude-me a realizar o meu sonho.

Neste sentido, identifico que nossa tarefa enquanto igreja, em específico no âmbito da reflexão teológica, é a de alimentar sonhos, suscitar esperanças, projetar um futuro diferente. Esta pergunta está presente na discussão sobre a inclusão da pessoa com deficiência, como é possível perceber em cartilha organizada pela IECLB em 2011, chamada Normal é ser diferente. Ali é colocada a pergunta que, penso, deve nos guiar nesta reflexão sobre como podem a teologia e a igreja contribuir para realizar os sonhos e as esperanças das pessoas com deficiência: “Pode a Igreja hoje ser esperança para pessoas com deficiência?” (IECLB, 2011).

3. Introdução à teologia pública ou por que falar em teologia pública

Após um breve trajeto que ressaltou o papel dos sonhos e da esperança para a reflexão

teológica, a pergunta que guia esta reflexão é pela contribuição que a teologia pública, enquanto uma ferramenta bastante utilizada recentemente, pode oferecer para a luta pela concretização dos sonhos e das esperanças no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência. Inicialmente, podemos perguntar por que abordar esta questão desde a teologia pública. Ou posto de outra maneira: qual é o diferencial ou a especificidade de uma abordagem desde a teologia pública para discutir a inclusão da pessoa com deficiência. Para responder a este questionamento, é importante apresentar brevemente o que se compreende de modo mais geral e em diferentes contextos por teologia pública. Após este percurso, apresentarei uma sugestão de percepção de teologia pública que pode contribuir de modo mais adequado para a efetivação dos sonhos das esperanças de quem projeta um futuro (e um presente) de inclusão e de solidariedade.

O teólogo sul-africano Dirk Smit forneceu uma ferramenta interessante para compreendermos de modo geral o que se tem falado sobre teologia pública por aí⁴. Ele identificou alguns discursos que circulam e que acabam definindo as percepções do que venha a ser teologia pública. Chama estes discursos de narrativas ou “estórias”. No inglês há uma distinção entre a palavra história (history)⁵ e o que chamávamos de estória (story). Alguns teóricos da língua portuguesa insistem em dizer que a palavra “estória” não existe e sugerem que devemos falar em narrativas. Trago este breve excuro na reflexão para recordar que toda história é “estória” ou narrativa. A pretensão de objetividade das narrativas sempre está no projeto político dos sujeitos que a defendem. Toda história é uma “estória”, portanto, sempre apresenta um ponto de vista e um projeto, uma agenda política. Por isso, consideraremos, como o faz Dirk Smit, que há uma diversidade de versões sobre o que é teologia pública e nós devemos construir aquela que mais nos interessa e que diz respeito à nossa vida e nossas preocupações, se realmente acharmos que é importante falar sobre a publicidade da reflexão teológica.

Smit faz uma diferenciação entre as narrativas ou estórias dominantes e as que eu chamo de alternativas, que foram construídas nas lutas por libertação no contexto do hemisfério sul, e as estórias que se preocupam com um súbito retorno da religião ao mundo que até então era secularizado e que, de fato, é caracterizado pela pluralidade religiosa.

As narrativas dominantes vêm dos contextos que historicamente se compreendem sempre como os produtores/exportadores do conhecimento, portanto, identificam objetivamente a gênese do pensamento em suas fileiras acadêmicas.

a) A primeira narrativa dominante trata da formulação ou uso do termo teologia pública nos Estados Unidos da América. Em 1974, o teólogo luterano Martin Marty descreveu a ação de Reinhold Niebuhr, também teólogo, como teologia pública⁶, uma vez que Niebuhr era uma referência para discutir ética e política na sociedade como um todo, não apenas no meio teológico ou religioso. Este tipo de prática, bem como a atuação pelos direitos civis de pessoas negras por parte de Martin Luther King Jr., foi caracterizada como teologia pública, o que Robert Bellah veio, posteriormente, a explorar como exercício de uma Religião Civil⁷. Ou seja, há uma moral religiosa ou uma teologia pública presentes nas posturas e atitudes políticas éticas, que devem pautar e construir um comportamento civil norte-americano ético e moral. Teologia pública, neste caso, pauta uma razão secular. Neste sentido, David Tracy também foi uma influência marcante⁸ ao dialogar com a perspectiva habermasiana de que a teologia deve apresentar-se enquanto um discurso público⁹, traduzido para a linguagem da sociedade secular. No contexto da esfera pública, como define Habermas, a teologia é mais um dos discursos que se apresenta e trabalha dialogicamente para constituir consensos para a melhoria da vida em sociedade.

b) A segunda narrativa dominante – que compete com a primeira, mas que argumenta na mesma linha – de teologia pública enquanto uma razão secular encontra berço na Europa, mais especificamente na Alemanha. A preocupação com a reflexão sobre a publicidade da Igreja (Kirche und Öffentlichkeit) já fora formulada por Helmut Thielicke, em 1947. No entanto, foi o teólogo Wolfgang Huber que, em 1972, afirmou que a teologia deveria tornar-se pública e aberta. Neste sentido, teologia pública não é um programa, como parece ser a visão norte-americana, mas um modo de fazer teologia, aberta às questões da sociedade e atuante crítica e construtivamente.

c) Ambas as abordagens anteriores apresentam uma visão semelhante. Teologia pública é um discurso racional que deve se projetar ao espaço público para dialogar e debater construtiva e criticamente com outras razões ou outros discursos. As teologias públicas que chamo de alternativas, no entanto, diferenciam-se qualitativamente das anteriores. Trata-se das teologias forjadas nas lutas por libertação. Estas teologias encontram-se majoritariamente no hemisfério sul, explorado política e economicamente e em constante busca por libertação nas relações coloniais, em todas as dimensões da colonialidade (política, econômica, cultural, epistemológica, etc.). Elas encontram reduto nas teologias de libertação, nas teologias negras, asiáticas, feministas, indígenas, etc. Estas teologias não se compreendem, via de regra, como teologias públicas, sobretudo se considerarmos as acepções apresentadas anteriormente. São teologias políticas. A atuação pública destas teologias não é tanto racional em termos de construção de um discurso público, traduzido para uma linguagem secular, mas uma atuação militante e de resistência.

Esta abordagem das teologias públicas de resistência ou de lutas públicas parte do pressuposto de que a avaliação de que a teologia tem um papel público a desempenhar e deve refletir sobre sua atuação pública na sociedade não é uma premissa única das narrativas dominantes. Também no hemisfério sul esta demanda e esta reflexão se desenvolveram, por outros caminhos e com outros rostos. É evidente que esta identificação prática, teológica e política das teologias da libertação como teologias públicas tem um risco, mas tem também um caráter positivo. O risco é de subsumir a experiência das teologias de libertação e de permitir uma anexação destas a uma pretensa teologia pública universal, determinada novamente pelas narrativas dominantes de teologia pública. Afirmar a pluralidade das abordagens e o caráter narrativo de cada “estória” sobre teologia pública ajuda a compreendermos que esta preocupação pela publicidade da teologia surgiu em diversos lugares e de diversas maneiras. Teologia pública deve ser policêntrica e contextual. O caráter positivo está relacionado à possibilidade de articularmos uma reflexão ampla e aprofundada sobre o papel da teologia no contexto democrático e religiosamente plural que vivemos. Por isso, Smit identifica:

Em cada caso a narrativa da teologia pública foi diferente, baseada em histórias particulares e nos respectivos contextos. Não se trata, conseqüentemente, de ideias particulares sobre teologia pública da experiência americana sendo gradualmente conhecidas e aceitas nestes contextos também. A verdade é, antes disso, que todas essas sociedades têm suas próprias histórias particulares concernentes ao papel da teologia na vida pública, seja o termo teologia pública utilizado ou não. De fato, essa contextualidade radical e complexa é parte integrante da história da teologia pública¹⁰.

d) Outro fator que ressalta a importância da discussão sobre o caráter público da teologia e da religião é o advento da globalização, de uma sociedade civil globalizada que atua em rede e plural do ponto de vista religioso. Neste espaço, há uma atuação forte do movimento ecumênico. É possível percebermos uma preocupação do Conselho Mundial de

Igrejas (CMI), por exemplo, com o caráter público da teologia. Sobretudo desde a década de 1960, o CMI tem promovido a priorização de uma pauta política, que compreende como fundamental a atuação pública da instituição. Assim, o CMI teve papel determinante nas lutas contra as ditaduras latino-americanas e também na luta contra o apartheid na África do Sul, ao sugerir temas, promover debates e apoiar ações políticas de resistência.

Outro aspecto que trouxe fortemente à pauta internacional o papel público da religião foi o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. Ao menos no contexto do hemisfério norte, este fato teria marcado um retorno do sagrado, uma ressurreição da religião num mundo que já havia se desencantando, como dizia Max Weber. Este último ponto talvez não seja muito significativo para nós que vivemos na América Latina (no hemisfério sul, de modo geral), uma vez que aqui a religião sempre esteve presente e sempre fez parte da vida individual e coletiva, a ponto de precisarmos reiteradamente discutir a laicidade do Estado, os limites da religião no espaço público. Neste sentido, a discussão sobre teologia pública é importante, sobretudo no que diz respeito à relação entre Estado laico e religião e à defesa da pluralidade e diversidade religiosa.

No Brasil, a reflexão sobre teologia pública tem se concentrado em torno de três eixos principais.

a) O primeiro articula a cidadania acadêmica da teologia. Procura formular uma epistemologia para a teologia que possibilite a sua aproximação ao universo acadêmico, que permita um diálogo interdisciplinar que discuta o papel da teologia na universidade brasileira e o papel da/o teóloga/o neste contexto¹¹.

b) Outro espaço de reflexão sobre teologia pública encontra reduto no sul do Brasil, mais especificamente nas Faculdades EST, e pergunta pelas contribuições que uma reflexão sobre teologia pública pode oferecer à sociedade, mas também à academia¹². Ambas as reflexões são desenvolvidas desde espaços semelhantes e dialogam entre si. A linguagem acadêmica é preponderante nestas abordagens, o que nos permite inferir que estes dois tipos de teologia pública dialogam mais com os padrões dominantes de teologia pública, que se preocupam em desenvolver um discurso teológico que dialogue racionalmente com a sociedade e com a academia. Há abordagens críticas, nestes contextos, que identificam este tipo de aproximação e que criticam este procedimento, uma vez que fomenta uma reflexão teológica alheia e desconectada da produção teológica latino-americana e das lutas por libertação¹³. Algumas abordagens têm identificado como mais interessante a discussão da teologia desde a perspectiva dos direitos humanos, o que garantiria um melhor vínculo da reflexão teológica com as lutas por libertação, o que caracteriza historicamente a produção das teologias de libertação¹⁴.

c) Uma terceira vertente ainda bastante incipiente procura apresentar uma reflexão sobre teologia pública que pergunte pela sua relação com a sociedade civil e com movimentos sociais. Pergunta pelo papel das igrejas e da reflexão teológica no fomento à cidadania¹⁵, na melhoria das condições sociais das populações mais vulneráveis e na luta pública, junto com o Estado e com o restante da sociedade, pela concretização dos direitos humanos, civis, sociais e culturais. Tenho, particularmente, tentado desenvolver este tipo de abordagem¹⁶ e fortalecer uma noção de teologia pública que esteja intimamente vinculada ao que chamo de paradigma de libertação, sobre o qual a teologia pública deveria se constituir e que ela deveria qualificar¹⁷.

4. Teologia pública e inclusão da pessoa com deficiência

É esta última percepção de teologia pública que penso ser relevante para discutir/efetivar a inclusão das pessoas com deficiência. É esta teologia pública, vinculada às lutas por libertação e visando o desenvolvimento humano e social integral das pessoas marginalizadas, que pode, em meu ponto de vista, contribuir para trabalhar pela realização do sonho e da esperança da inclusão. Esta teologia pública deve ser habitada por estes sonhos e esperanças e deve aprender a formulá-los de modo efetivo no contexto da sociedade democrática. Deve ser estratégica e articulada para encontrar meios para efetivar progressivamente os direitos das pessoas que padecem da exclusão, ainda que seus direitos já tenham sido conquistados do ponto de vista legal/constitucional.

Esta proposta de teologia pública se diferencia qualitativamente das anteriores por priorizar a práxis, a ação transformadora na realidade como espaço prioritário para o desempenho de uma teologia pública. Penso que a teologia pública deve articular-se como uma ação discursiva mais no sentido da palavra-ação, como nos ensinou Paulo Freire. Esta teologia deve ser política e atuar na desconstrução dos discursos e práticas dominantes, que operam para a exclusão das pessoas marginalizadas. Esta ação política que a teologia pública pode oferecer ocupando-se com o papel e a responsabilidade das igrejas, da reflexão teológica, da cidadã e do cidadão na ação transformadora dentro do contexto democrático, plural e participativo.

Sugiro, resumidamente, que esta teologia pública seja uma teologia diaconal, apresentando um caráter público-prático-político que proporcione a transformação da sociedade desde suas margens¹⁸. Esta teologia concebe o espaço público como um local estrategicamente importante, em que há sempre uma luta política pela formação das percepções e do modo de organização da sociedade, que tende sempre a reproduzir os padrões de pensamento e comportamento dominantes. A teologia pública articula, portanto, nesta luta pelo poder de determinação da realidade, a perspectiva das pessoas marginalizadas.

Para percebermos o modo como esta teologia pública pode efetivamente se concretizar a fim de lutar pela inclusão da pessoa com deficiência, menciono alguns exemplos. David Tracy, em sua obra *Imaginação Analógica*, tenta fazer uma caracterização dos públicos da teologia: igreja, academia e sociedade. Ainda que sua definição seja um pouco problemática por não compreender profundamente a necessária inter-relação entre essas “distintas” esferas da vida pública da teologia, ela é didática para fins de exposição. Ajuda-nos também a compreender por que algumas abordagens de teologia pública articulam mais propriamente um dos públicos do que outros, que é o caso da distinção entre uma leitura mais acadêmica do papel da teologia e outra mais social.

É possível fazermos uma leitura mais aprofundada do papel da teologia em cada um destes “públicos”, bem como da metodologia adequada para sua aproximação diferenciada a cada um deles. No entanto, neste espaço, pretendo apenas apresentar alguns exemplos do exercício da teologia pública no âmbito da sociedade, seguindo o argumento de que, tratando-se da discussão sobre a inclusão da pessoa com deficiência, a teologia pública pode representar um método teológico, um modo de fazer teologia, útil para construir a inclusão, em contato com diversas outras entidades e agentes da sociedade civil.

5. Teologia, Igreja e Sociedade

Sendo nosso foco a sociedade, o foco da análise aqui proposta não significa que a aca-

demia, através da reflexão teológica, e a igreja não sejam incluídas nas considerações. Isto é, de fato, impossível, uma vez que há uma inegável inter-relação entre estas dimensões ou destes “públicos” da teologia. Por isso, apontamos alguns breves tópicos que dizem respeito à atuação na sociedade, mas que se referem à atuação das igrejas ou da reflexão teológica.

a) Inicialmente, é necessário apontar que há um diálogo acerca das percepções de inclusão que partem de setores organizados da sociedade na luta pelos direitos das pessoas com deficiência e que acabam moldando a percepção de inclusão dentro da própria igreja. É o caso da mudança de paradigma que anteriormente partia do assistencialismo e agora compreende mais profundamente o compromisso com a inclusão social. Pessoas com deficiência não são alvos de iniciativas assistencialistas benevolentes, mas pessoas com autonomia que têm o direito de construir sua inclusão nos diversos espaços da sociedade. Enquanto a noção assistencialista mantém a pessoa com deficiência excluída e afastada da dinâmica da vida em sociedade, a noção de inclusão chama ao convívio e desafia a sociedade a desenvolver mecanismos de inclusão e de acessibilidade nos mais diversos aspectos.

Este primeiro elemento, que diz respeito a uma mudança de paradigma, atinge a igreja e a teologia e demanda uma abordagem que estimule atitudes de respeito à diversidade de pessoas e de necessidades que as diferentes pessoas têm. Respeitar a diversidade e pensar em meios de promover o acesso e a inclusão são iniciativas que valorizam a dignidade das pessoas com deficiência, que são reconhecidas enquanto sujeitos partícipes da sociedade e que lutam e conquistam a equiparação de oportunidades. Neste sentido, a teologia e a igreja podem formular, desde suas bases, uma linguagem e uma reflexão que oportunizem a valorização simbólica da diversidade e a construção de iniciativas de inclusão para dentro de suas estruturas e, numa interação crítico-constructiva, para outros espaços da sociedade onde não haja inclusão e respeito à diversidade.

Um exemplo deste tipo de abordagem crítico-constructiva desde a igreja para a sociedade transparece na seguinte manifestação da IECLB, em carta da presidência de agosto de 2011:

Entendemos que a participação da comunidade cristã e o testemunho diaconal são de extrema importância nas organizações e nos conselhos de direitos das pessoas com deficiência. A partir do Evangelho, a participação poderá questionar leis e estruturas que oportunizem e favoreçam a discriminação e a exclusão; desejamos que os órgãos públicos implementem as políticas preconizadas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU, que foi ratificada pelo Estado brasileiro em 2008.¹⁹

b) Neste processo, é necessário que se permita e se oportunize que a pessoa com deficiência torne-se a agente da transformação (inclusão). Este empoderamento é importante dentro da reflexão teológica, da vida na igreja e na sociedade, para que, nestes diferentes espaços, as pessoas com deficiência se tornem protagonistas na elaboração de planos de ação que contemplem suas demandas, não lhes sejam impostos e, por isso mesmo, sejam pertinentes às suas realidades e dificuldades específicas. Este princípio refere-se à máxima “Nada sobre nós, sem nós”, presente nas reflexões sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas discussões sobre políticas de inclusão. A teologia pública deve, portanto, oportunizar o empoderamento de pessoas com deficiência para que assumam papel protagonista nos espaços de exercício de cidadania e nas iniciativas que visem à inclusão como resultado.

c) Teologia pública deve ser feita com a Bíblia, com o jornal e com a Constituição nas mãos. Este conjunto de “ferramentas” da teologia pública atenta à importância da manifestação desde a nossa experiência religiosa, mas que não se desvincule do que acontece na sociedade como um todo e que tenha por finalidade a concretização dos direitos, garantidos pela lei. Neste sentido, a teologia deve incentivar para o conhecimento da sociedade, sua compreensão, através do diálogo com outras disciplinas sociais, mas também da militância participativa no cumprimento da lei. Para isso, é necessário conhecer as leis e estar integrado/a às lutas pela concretização do que é previsto em leis. Por isso, a teologia pública deve incentivar a cidadã e o cidadão a participarem nos conselhos de direitos municipais, estaduais e nacional, como espaços democráticos para a construção de políticas, de fiscalização na execução de políticas e cumprimento das leis, etc. As demandas presentes nestes espaços devem também ser trazidas para as igrejas como modo de estarmos integrados à discussão ampla da sociedade e como meio de elaborarmos uma discussão teológica sobre a situação contextual de vida das pessoas com deficiência.

d) Isso deve oportunizar também que as igrejas e a teologia sejam pertinentes nesta luta política e que tenham uma voz profética no mundo. Por isso, a igreja e a teologia devem ser críticas à sociedade onde ela exclui quem não se adapta aos altos padrões estéticos, de desempenho e de competitividade que obedecem às lógicas de mercado. A imagem de um Jesus com deficiência e com limitações que seu corpo lhe impunha dá esperança para pessoas com deficiência que sofrem de pobreza, miséria, precariedade de acesso aos serviços públicos em decorrência de suas deficiências e do preconceito social. A mensagem da encarnação de Jesus e das circunstâncias de sua vida pode apresentar uma postura crítica e poderosa aos padrões que a sociedade do consumo, da disputa, da competição e da divinização de padrões estéticos surreais, como menciona o apóstolo Paulo:

Pelo contrário, Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes e Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são; a fim de que ninguém se vanglorie na presença de Deus (1Co 1. 27-29).

Arrisco concluir dizendo que a teologia e as igrejas devem acolher tão profundamente esta poderosa mensagem do Evangelho de Cristo e se solidarizar tão intimamente com a realidade da deficiência a ponto de se considerarem positivamente como igrejas e teologias deficientes. Parafraseio a assertiva de certo arcebispo anglicano que certa vez disse que a Igreja deveria acolher profundamente as pessoas com HIV/AIDS a ponto de tornar-se ela mesma uma igreja com HIV/AIDS. Não seria o caso de nos considerarmos uma Igreja com deficiência, acolhendo todos os sofrimentos, todas as dificuldades e toda a beleza que esta realidade acarreta?

Notas

1. Teólogo evangélico luterano. Possui mestrado em Teologia Prática pelas Faculdades EST e doutorado em Teologia Sistemática pela mesma instituição, tendo em sua tese se ocupado com o diálogo entre teologia da libertação e teologia pública. Realizou período de doutorado sanduíche na África do Sul. Atualmente, atua como professor no curso de Ciências da Religião da FURB, na modalidade do PARFOR. felipebuttelli@yahoo.com.br
2. GALEANO, Eduardo. Espelhos: uma história quase universal. São Paulo: LPM Editores, 2008.
3. NOLAN, Albert. Esperança em tempos de desespero: outras palestras e escritos. Trad.

- Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 23.
4. SMIT, Dirk J. The Paradigm of Public Theology – Origins and Development. Paper presented at the International Conference – Contextuality and Intercontextuality in Public Theology in the University of Bamberg, Bamberg/Germany, June 2011.
 5. Ainda há feministas que procuram usar a palavra *herstory*, uma vez que o prefixo *his* remete ao pronome masculino *dele*; ao ressaltar o *her*, inclui-se a mulher como sujeito na contação de estórias.
 6. MARTY, Martin. Reinhold Niebuhr: Public Theology and the American Experience. *Journal of Religion*, Chicago, ano 54, n. 4, p. 332-359, 1974.
 7. BELLAH, Robert N. Civil Religion: The American Case. In: BELLAH, Robert N.; HAMMOND, Phillip E. *Varieties of Civil Religion*. San Francisco: Harper & Row, 1980.
 8. Temos em português a seguinte obra, de 1981, traduzida apenas recentemente: TRACY, David. *A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. (Coleção *Theologia Publica* n. 7).
 9. TRACY, David. *Theology as Public Discourse*. *The Christian Century*, Chicago, March 19, p. 280-284, 1975.
 10. SMIT, 2011, p. 6.
 11. SOARES, Afonso Maria Ligório; PASSOS, João Décio (Orgs.) *Teologia pública: reflexões sobre uma área do conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011.
 12. CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal, 2011 (*Teologia pública*, v. 1); JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto E. (Orgs.). *Teologia pública – Desafios sociais e culturais*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. (*Teologia pública*, v. 2); CAVALCANTE, Ronaldo. *A cidade e o gueto: introdução a uma teologia pública protestante e o desafio do neofundamentalismo evangélico no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010; ZABATIERO, Júlio. *Para uma teologia pública*. 2. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2011; JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto (Orgs.). *Teologia pública – Desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012. (*Teologia Pública*, v. 3).
 13. Eu procurei fazer esta discussão entre teologia pública e teologia da libertação em minha tese de doutorado: BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. *E a luta continua: propostas para uma teologia pública libertadora para o desenvolvimento construída em diálogo com a reflexão teológica sul-africana*. [tese de doutorado] São Leopoldo, 2013.
 14. Um exemplo desta abordagem crítica pode ser encontrado em: OLIVEIRA, Kathlen Luana. *Direitos humanos, religião e teologia: desafios e convergências*. In: JACOBSEN; SINNER; ZWETSCH (Orgs.), 2012, p. 109-134.
 15. CASTRO, Clovis de Pinto. *Por uma fé cidadã: a dimensão pública da igreja: fundamentos para uma pastoral da cidadania*. São Bernardo do Campo/São Paulo: Ciências da Religião/Loyola, 2000.
 16. BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. *Teologia e desenvolvimento: pensando em caminhos para a teologia pública no Brasil* In: JACOBSEN; SINNER; ZWETSCH (Orgs.), 2012, p. 41-68.
 17. BUTTELLI, 2013, p. 161. Cf. também BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. *Public Theology and Its Necessary Relation to the Liberation Paradigm in a New Kairos: A Response to Clint le Bruyns*. 2012. Disponível em: <http://www.ecclesio.com/2012/06/public-theology-and-its-necessary-relation-to-the-liberation-paradigm-in-a-new-kairos-%E2%80%93-a-response-to-clint-le-bruyns-by-felipe-gustavo-koch-butcelli/>. Último acesso em: 14/12/2012.
 18. É a visão apresentada por COCHRANE, James. *The Boundaries of Hegemony: Configuring Public Space from the Margins*. *Scriptura*, Stellenbosch, n. 63, p. 451-466, 1997.
 19. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Carta da Presidência, 10 de agosto de 2011.

Principais conclusões do Fórum Teologia e Deficiência

O Fórum de Teologia e Deficiência reuniu ministros e ministras, líderes, estudantes, professoras e professores de teologia. Foi um espaço de estudo, reflexão e partilha de experiências. Destacamos, abaixo, conclusões relevantes a partir das reflexões do encontro:

a) Deficiência não é doença. A deficiência pode ter sido causada por uma doença, porém ela não nos torna pessoas doentes. Entendemos, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, impedimentos estes que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

b) Acessibilidade é aquilo que a sociedade deve oferecer às pessoas com deficiência para promover a inclusão. São alguns tipos de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

c) A culpa e a vergonha de ter alguma pessoa com deficiência na família é muito frequente nos dias atuais. Percebe-se que as pessoas têm bastante presente a ideia de que essa situação é fruto do pecado de alguém ou castigo de Deus. É necessário refletir este tema nas comunidades afirmando que, conforme Jo 9.1-12, deficiência não é fruto do pecado e nem castigo de Deus.

d) A busca incansável pela cura das pessoas com deficiência demonstra, de certa forma, a dificuldade que as pessoas têm de compreender que nós fomos criados e criadas à imagem e semelhança de Deus e que não precisamos ser pessoas padronizadas, todas iguais, perfeitas e dentro dos padrões de beleza exigidos pela sociedade. Algumas pessoas têm uma concepção perfeccionista e, por isso, errada da Imago Dei. A pessoa com deficiência foi criada à imagem e semelhança de Deus.

e) A partir da experiência da deficiência, a hermenêutica precisa buscar revelar o Evangelho e a plena participação no Reino de Deus para quem tem uma deficiência, sem exigir mudanças em seus corpos.

f) A inclusão deve ser uma característica presente do ser Igreja como um lugar de reflexão e crescimento.

g) A reflexão sobre comunidade inclusiva necessita de avanço, como também a superação dos preconceitos encontrados dentro e fora das instâncias da Igreja. Podemos sonhar

com uma pastoral da pessoa com deficiência em cada uma das comunidades da IECLB? Somos Igreja que acolhe a deficiência ou somos uma Igreja com deficiência?

h) É imprescindível que os três Centros de Formação vinculados confessionalmente com a IECLB tenham, em seus currículos, uma disciplina específica ou que, pelo menos, abordem o tema da inclusão de maneira transversal e ofereçam cursos de extensão que tratem deste assunto de forma continuada e frequente. É importante promover a inserção de estudantes na prática e na vivência da pessoa com deficiência.

i) É imprescindível que os sínodos promovam a formação continuada de seus ministros e ministras na área da inclusão da pessoa com deficiência.

Diác. Ma. Carla Vilma Jandrey
Coordenadora Programa Diaconia Inclusão da IECLB

Neofit

